



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ARTHUR ANDRADE SILVA

OS PARTIDOS POLÍTICOS IMPORTAM?
UMA ANÁLISE DA DERROTA DO CANDIDATO A
PRESIDENTE AÉCIO NEVES EM MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

ARTHUR ANDRADE SILVA

OS PARTIDOS POLÍTICOS IMPORTAM?
UMA ANÁLISE DA DERROTA DO CANDIDATO A
PRESIDENTE AÉCIO NEVES EM MINAS GERAIS

Monografia apresentada à UFMG -
Universidade Federal de Minas Gerais, no
curso de Especialização em Marketing
Político: Mídia, comportamento Eleitoral e
Opinião Pública para obtenção do título de
Especialista em Marketing Político.

Orientador: Prof. Dra. Helcimara de Souza
Telles.

BELO HORIZONTE

2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Helcimara de Souza Telles (Orientadora)
Departamento de Ciência Política - UFMG.

Èrica Anita Baptista Silva (Examinador)
Doutoranda em Ciência Política - UFMG

Nayla Fernanda Andrade Lopes (Examinador)
Mestre em Ciência Política – UFMG

Roberto Oliveira Rocha (Examinador)
Mestrando em Ciência Política – UFMG

Aprovado em ____ de _____, 2015.

“A vida é amiga da arte. É a parte que o sol me ensinou. O sol que atravessa essa estrada que nunca passou. Por isso uma força me leva a cantar. Por isso essa força estranha. Por isso é que eu canto, não posso parar. Por isso essa voz tamanha” (Caetano Veloso).

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho Arthur Gonçalves Barroso Andrade. Papai te ama! E desculpe-me pela ausência.

Para minhas avós, com as quais aprendi coisas sobre o sertão mineiro: Maria Veloso Andrade (in memoriam) e Maria Lopes Ribeiro.

Aos meus Pais, Ronaldo e Geralda.

Caio e Bruna, irmãos.

Em especial as minhas Tias: Marina e Zezé, esta última, pelo qual percorremos viagens pelos interiores de Minas Gerais, a última foi Diamantina, onde peguei fôlegos para prosseguir em frente e finalizar esta monografia.

Aos amigos espalhados por estes cantos de Brasil: Minas Gerais, Tocantins, Maranhão, Pará, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Aos colegas de curso: Flavia, Renato, Marcelo e em especial: Nerea, Val e Lucas Santos.

Agradeço os direcionamentos feitos pela banca, a orientadora pela confiança em me orientar.

As secretárias do curso, sempre solícitas: Valéria e Ana Clara.

Agradeço a Marina, amiga da família, por ter me acolhido por estes 2 anos e mais alguns dias nesta terra boa, chamada Belo - Horizonte.

Aos colegas e equipe de trabalho. Sem a compreensão destes, jamais seria possível a confecção deste trabalho. Meu muito obrigado.

“Viver é muito perigoso. Porque aprender a viver é que é o viver mesmo. Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que se alteia e abaixa. O mais difícil não é um ser bom e proceder honesto, dificultoso mesmo, é um saber definido o que quer, e ter o poder de ir até o rabo da palavra” (Guimarães Rosa).

“Não chores, meu filho, não chores, que a vida é luta renhida: Viver é lutar. A vida é combate, que os fracos abate, que os fortes, os bravos só pode exaltar” (Gonçalves Dias).

“E eu ainda sou bem moço pra tanta tristeza. E deixemos de coisa, cuidemos da vida, pois se não chega a morte ou coisa parecida, e nos arrasta moço sem ter visto a vida” (Fagner)

RESUMO

O presente estudo procura analisar alguns fatores preponderantes que colaboraram para culminar a derrota do candidato Aécio Neves às eleições presidenciais em 2014, especificamente no estado de Minas Gerais. Estado este, onde o candidato construiu sua carreira política como Deputado Federal, Governador e posteriormente, como Senador. Obtendo votações expressivas e altos índices de avaliação pela opinião pública. Contudo, essa pesquisa procura salientar alguns dos motivos pelos quais essa derrota pode ter se dado, percorrendo argumentos que circulam uma perspectiva acerca da importância dos partidos políticos no âmbito eleitoral e democrático.

Palavras Chaves: Eleições Presidenciais 2014, Estado de Minas Gerais, Derrota do candidato Aécio Neves.

ABSTRACT

This study seeks to analyze some preponderant factors that contributed to culminate the candidate's defeat Aécio Neves to the presidential elections in 2014, specifically in the Minas Gerais state. Where the candidate has built his political career as federal representative, governor and subsequently as senator. Getting expressive vote and high rates of evaluation by public opinion. However, this research pretend to highlight some of the reasons whereby the defeat was given, exploring arguments circulating a perspective on the importance of political parties in electoral and democratic scope.

Keywords: Presidential Elections 2014, State of Minas Gerais, Candidate's defeat Aécio Neves.

LISTA DE MAPAS

MAPA 01 - Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais
..... 58

MAPA 02 - Maiores votações por mesoregiões estado de Minas Gerais - 2º
turno eleições presidenciais 2014
..... 66

LISTA DE TABELA

TABELA 01 - Identificação partidária comparada	35
TABELA 02 - Resultado Eleição – (1º Turno) – Minas Gerais – Cargo (Governador) – Ano: 2002	42
TABELA 03 - Resultado Eleição – (1º Turno) – Minas Gerais – Cargo (Governador) – Ano: 2006	42
TABELA 04 - Resultado da Eleição - Minas Gerais - Cargo (Senador) - Ano: 2010	43
TABELA 05 - Resultado da Eleição - Brasil - Cargo (os 10 Senadores mais bem votados) - Ano: 2010	44
TABELA 06 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (1º Turno) - Ano: 2010	45
TABELA 07 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (2º Turno) - Ano: 2010	46
TABELA 08 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (1º Turno) - Ano: 2006	46
TABELA 09 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (2º Turno) - Ano: 2006	46
TABELA 10 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (1º Turno) - Ano: 2014	47

TABELA 11 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (2º Turno) - Ano: 2014 47

TABELA 12 - Resultado Eleições Presidenciais (1º Turno) - Ano: 2014 51

TABELA 13 - Resultado Eleições Presidenciais (2º Turno) - Ano: 2014 51

TABELA 14 - Resultado Eleições para Governador no estado de Minas Gerais (1º Turno) - Ano: 2014 64

TABELA 15 - Eleições Presidenciais no estado de Minas Gerais (1º Turno) - Ano: 2014 65

TABELA 16 - Eleições Presidenciais no estado de Minas Gerais (2º Turno) - Ano: 2014 66

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Pesquisa de intenção de voto para Governador de Minas Gerais – Eleições de 2014 (1º Turno) – Julho	61
GRÁFICO 02 – Pesquisa de intenção de voto para Governador de Minas Gerais – Eleições de 2014 (1º Turno) – Agosto	61
GRÁFICO 03 - Pesquisa de intenção de voto para Governador de Minas Gerais – Eleições de 2014 (1º Turno) – 16 de setembro	62
GRÁFICO 04 - Pesquisa de intenção de voto para Governador de Minas Gerais – Eleições de 2014 (1º Turno) – 23 de setembro	62
GRÁFICO 05 – Avaliação do Governador Aécio Neves – PSDB - (2007)	64

LISTA DE ABREVIATURAS

ARENA – ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

DATAUNB – CENTRO DE PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

DEM – DEMOCRATAS

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

MDB – MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

MG – MINAS GERAIS

PCB – PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

PC do B – PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

PDC – PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDS – PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

PEN – PARTIDO ECOLÓGICO NACIONAL

PFL – PARTIDO DA FRENTE LIBERAL

PHS – PARTIDO HUMANISTA DA SOLIDARIEDADE

PL – PARTIDO LIBERAL

PMDB – PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PMN – PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

PP – PARTIDO PROGRESSISTA

PPB – PARTIDO PACIFISTA BRASILEIRO

PPL – PARTIDO PÁTRIA LIVRE

PPS – PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

PR – PARTIDO DA REPÚBLICA

PRB – PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO

PROS – PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL

PRP – PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA

PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

PSD – PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PSL – PARTIDO SOCIAL LIBERAL NACIONAL

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES

PTB – PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

PT do B – PARTIDO TRABALHISTA DO BRASIL

PTC – PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO

PTN – PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

PV – PARTIDO VERDE

REDE - REDE SUSTENTABILIDADE

RN – RIO GRANDE DO NORTE

SD – SOLIDARIEDADE

SIVAM – SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA

SP – SÃO PAULO

TRE – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

UDN - UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO	16
1.1 METODOLOGIA DA PESQUISA	18
CAPÍTULO I	
2.0 A RELEVÂNCIA ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA O SUCESSO ELEITORAL	20
CAPÍTULO II	
3.0 O PSDB NAS ELEIÇÕES NACIONAIS: HISTÓRICO CONCENTRADO PÓS 2014	38
3.1 Histórico do PSDB nas eleições presidenciais	38
3.2 Aécio Neves (PSDB) e as eleições presidenciais de 2014	41
3.3 O clima de mudança e slogan trabalhado pelo PSDB e número de candidatos presidenciais em 2014	47
3.4 O partido PSDB segundo a literatura da Ciência Política	51
CAPÍTULO III	
4.0 FATORES QUE LEVARAM À DERROTA DO CANDIDATO PRESIDENCIÁVEL AÉCIO NEVES NO ESTADO DE MINAS GERAIS	57
4.1 Articulações do PSDB e números eleitorais em Minas Gerais	57
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	71

1.0 INTRODUÇÃO

No campo da política brasileira, há uma tendência contemporânea, onde podemos observar que os candidatos às eleições vêm se colocando acima dos partidos políticos. Utilizando de sua própria imagem, carisma e vinculações, criam-se redutos eleitorais para ganhar as eleições. Afastando, dessa maneira, o lugar do candidato das bases partidárias e das ideologias e princípios do próprio partido. Além disso, a ideia de partido no Brasil, denota um elemento de filiação que é somente identificado na hora da votação. Pela qual os eleitores identificam o número do partido no ato do voto.

LAMOUNIER (1989) demonstra que na sociedade brasileira, existe um desconforto da sociedade com os partidos, no sentido de que não há confiabilidade nessas instituições. Essa razão se destaca devido aos partidos não exercerem suas funções fundamentais. Quanto à representação pública ou ainda, quando sucumbe a outros interesses em detrimento dos interesses dos cidadãos. Desta forma, Lamounier afirma sobre o descontentamento dos brasileiros com os partidos, colocando-os como “indisciplinados, eleitoreiros e clientelistas”. Ou seja, estes aparecem nos cenários públicos somente em troca de votos para serem eleitos, e assim, na prática, não representam suas bases eleitorais.

Contudo, Lamounier sinaliza ainda, que a prática de eleições no Brasil tem certa institucionalização, e, por vezes, até mais que os próprios partidos. O conceito de institucionalização, como refere o autor, parte da premissa de “estrutura organizacional”.

Um partido (ou o sistema formado por todos os partidos, em dado país) será uma instituição se gozar dessa aceitação social tácita que o retira de qualquer condicionalidade quanto ao desempenho imediato. Partidos e sistemas de partido sem continuidade histórica e com precário enraizamento social, como tem sido os brasileiros, carecem dessa qualidade (LAMOUNIER, 1989, p. 20-21).

Sendo assim, diante desses argumentos, há uma prevenção em dizer que os partidos políticos importam dentro da esfera eleitoral. Se os partidos

não representarem uma “continuidade histórica”, se não estiverem bem coesos, com certo grau de institucionalização - isso pode acarretar a derrota do candidato.

Essa base de ideias configura a análise acerca de um dos principais objetivos deste trabalho. Perceber a relevância dos partidos políticos no cenário eleitoral brasileiro. Para tanto, observaremos o caso da derrota do candidato Aécio Neves nas eleições presidenciais de 2014, no estado de Minas Gerais. Nesse contexto, partimos da hipótese que o PSDB esteve pouco concentrado sobre sua representação no interior do estado e estava confiante acerca da liderança do candidato Aécio Neves, que considerou que sua liderança fosse maior que a do partido. Que seu histórico como político fosse superior, que este fato poderia emplacar sua candidatura mais que as interfaces de “enraizamento social” do seu partido. Via de regra, essa observância do candidato foi posta abaixo, resultando em uma das preposições de sua derrota em seu próprio estado. Onde houve a criação de uma identificação política maior que em outros estados. Neste sentido, podemos considerar a hipótese que os partidos políticos importam e a ausência da institucionalização partidária pode acarretar a derrota eleitoral do candidato.

O presente estudo busca responder dúvidas referentes às eleições presidenciais de 2014, de diversos eleitores, pesquisadores e politólogos, principalmente fora do eixo Minas Gerais, que ficaram sem entender por quais motivos o candidato Aécio Neves obteve uma votação menor do que sua adversária em seu estado - onde fez carreira política, foi governador por dois mandatos, e ainda saiu com uma avaliação positiva. Nas entrelinhas, ficaram ecos de desentendimento quanto a esse processo ou fenômeno. Este estudo procura elencar quais foram alguns fatores preponderantes que levaram à derrota do candidato Aécio Neves nas eleições presidenciais de 2014, em Minas Gerais.

Para alcançarmos este objetivo, delimitamos o estudo em três partes. O primeiro capítulo versa sobre a delimitação dos partidos políticos no Brasil no campo da literatura da Ciência Política. Tratando de temas como o processo de transição dos partidos políticos no fim da ditadura para a abertura política, e o comportamento dos partidos nessa transição. Procurou-se, também analisar elementos da cultura política brasileira e os níveis de desconfiança da

sociedade perante aos partidos. Além disso, em decorrência da permanência democrática em curso, buscou-se observar as razões da polarização de dois partidos, a saber: PT x PSDB, no que refere às disputas das eleições presidenciais no Brasil nos períodos de 1994, 1998, 2002, 2006, 2010 e 2014. Ou seja, após a abertura política no Brasil, das sete eleições presidenciais, somente uma não configurou essa polarização - a eleição presidencial de 1989. Por conseguinte, essas análises trazem direcionamentos no sentido de explicitar porque os partidos políticos importam para explicar o comportamento do voto eleitoral.

No segundo capítulo, procuramos abordar o histórico do partido PSDB nas eleições presidenciais pós abertura política, até a última eleição presidencial em 2014. Bem como, revimos as configurações das eleições presidenciais em 2014, no que concerne à candidatura do psdebista Aécio Neves, sua trajetória política, o *slogan* de campanha trabalhado, e, o clima de mudança da sociedade. Também foram elencados os principais adversários do candidato Aécio Neves à presidência de 2014, evidenciando suas coligações. Por fim, foram demonstrados apontamentos acerca do que a Ciência Política aborda sobre o partido PSDB.

Já no terceiro capítulo, diagnosticamos alguns fatores que levaram a derrota do candidato Aécio Neves em seu estado natal, Minas Gerais. Um dos principais pressupostos constituiu-se na ausência de institucionalização do PSDB nas principais cidades de Minas. Ressaltando, dessa maneira, o desgaste sofrido por esse partido e sua representação diante do povo mineiro, no que equivale ter um governo de 3 mandatos consecutivos, 12 anos.

Isto posto, passamos para a próxima fase do trabalho, onde discutiremos a metodologia da pesquisa, e posteriormente, daremos continuidade com o segundo capítulo.

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho, intitulado: *“Os Partidos Políticos Importam? Uma análise da derrota do candidato a presidente Aécio Neves em Minas Gerais”*,

desenvolveu-se sobre uma metodologia de pesquisa de base analítica, acerca de um conjunto bibliográfico do campo da Ciência Política.

Esta metodologia científica, portanto, compreendeu uma revisão das fontes bibliográficas direcionadas à discussão a respeito dos partidos políticos no Brasil. Estas, disponíveis principalmente em: BAQUERO; LINHARES (2011), BRAGA e PIMENTEL, JUNIOR (2015), KINZO (1989), MELO (2010), ROMA (2002).

Além disso, conjuga-se a essa revisão analítica, uma abordagem de fontes empíricas, promovendo um diálogo com o conjunto bibliográfico, e trazendo elementos concretos para a discussão teórica. Estas, encontram-se disponíveis em fontes do *TSE*, *TRE-MG*, do *SENADO*, além de um complemento com materiais de jornais como *FOLHA DE SÃO PAULO*, *UOL* e *O ESTADO DE SÃO PAULO*.

2.0 A RELEVÂNCIA ORGANIZACIONAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA O SUCESSO ELEITORAL

O capítulo a que damos início, busca trazer autores que realizaram análises sobre o sistema partidário brasileiro, e ainda, que consideram os mecanismos dos partidos políticos relevantes dentro da esfera democrática, até mesmo para definir o sucesso eleitoral.

Acerca do período da ditadura militar, KINZO (1989) abordou a influência desse regime para explicar a fragmentação partidária ocorrida no Brasil após o período autoritário. Já MELO (2010ab) coloca em cena as participações dos atores políticos no arranjo do sistema partidário brasileiro, cunhando a expressão “aninhamento”, para identificar influências comportamentais dos partidos nas eleições estaduais e nas eleições nacionais. E, por fim, explica alguns motivos do por que o PT e o PSDB vêm se revezando na disputa presidencial desde o pleito de 1994, comparando este fato, a aspectos de como estes dois partidos se apresentam nas esferas estaduais.

BAQUERO; LINHARES (2011) consideram que os partidos políticos diante dos cidadãos, não conseguem impregnar graus de confiança, apresentando baixos níveis perante a população brasileira. E ainda, ressaltam práticas históricas da cultura política brasileira como o clientelismo, patrimonialismo como hábitos que fragilizam o sistema político em nosso país.

Por conseguinte, BRAGA e PIMENTEL, JUNIOR (2011) reforçam a ideia de que os partidos políticos importam para explicar o comportamento do voto. Mostra-se que no Brasil, as eleições presidenciais vêm se polarizando em dois partidos: PT e PSDB, e a explicação ou a justificativa dos votos dos eleitores nestes partidos, decorre da atribuição a eles de simpatias partidárias (maior número) e identidade partidárias (menor número).

KINZO (1989) analisou que, após a ditadura militar, o sistema partidário brasileiro se configurou sob uma forma fragmentar partidária, com surgimento de vários partidos, fusão de partidos em outros partidos, aumento da mudança de políticos nos partidos; e preconizou isso como “indefinição partidária”.

Podemos perguntar, por que no Brasil ocorreu essa instabilidade política? Segundo Kinzo, as causas seriam: “1 - Herança histórica de baixa

institucionalização dos sistemas partidários; 2 – Experiência na ditadura militar ocorrida no país; 3 – Fatores que culminaram na transição democrática” (KINZO, 1989, p. 2).

Ainda segundo KINZO, no período eleitoral entre 1982 e 1986, no ambiente legislativo houve dificuldade em identificar as divisões das bancadas partidárias. Nesse caso, não se justifica a ideia da desorganização da sociedade brasileira, do desinteresse partidário, mas há outros fatores de explicação que levaram a essa falta. Isto é, nesse momento há uma predominância partidária de maioria legislativa, pois era formada apenas por partidos da Arena/PDS e MDB, e havia pouca presença de outros partidos - formando uma minoria como o PTB, PDT, PT, PFL, PCB, PC do B, PSB, PL, PDC e outros¹. A autora chama a atenção para o legislativo ser constituído em maioria por MDB e Arena, seguido de uma minoria de outros partidos. Por conseguinte, essas divisões das bancadas partidárias, representaram um constructo maior entre Arena e MDB, pois não há uma consolidação/fragmentação das bancadas partidárias no legislativo no período de 1982 a 1986.

O regime de partido único não estável entre os objetivos da “revolução”, e um sistema com mais de dois partidos poderia resultar na ressurreição das mesmas forças políticas dominantes no sistema anterior – o PSD, o PTB e a UDN. Assim, emergiu um sistema partidário formal (ARENA e MDB), o qual foi certamente útil ao regime durante as fases de compressão, fornecendo-lhe uma fachada democrática. Tornou-se, no entanto, um problema durante as fases de descompressão, na medida em que os espaços abertos a participação eram prontamente utilizados por uma oposição unida no único canal de expressão legal que o regime permitia (KINZO, 1989, p. 7).

Kinzo aponta as influências do período militar para as fases de criação dos sistemas partidários no Brasil: “os militares não apenas permitiram atividades político-partidárias como chegaram a criar um novo arranjo partidário” (KINZO, 1989, p.7). Nesse cenário militar, existiram dois modelos de sistemas partidários: partidos políticos ligados à era Vargas, o

¹ Informação disponível como tabela – Composição Partidária no Congresso Nacional, 1979 – 1988 (Câmara Federal e *Folha de São Paulo*, 1988, citado por KINZO, 1989, p. 3).

pluripartidarismo, que são as forças partidárias do PSD, PTB e a UDN; e o bipartidarismo (ARENA e MDB).

O reconhecimento da impossibilidade de assegurar para o governo uma base parlamentar sólida e estável tornou imperativa a dissolução, em 1965, do sistema pluripartidário vigente desde 1945. Sob essas circunstâncias, a única opção disponível era a criação de um sistema bipartidário, uma vez que a criação de um regime de partido único não estava entre os objetivos da “revolução”, e um sistema com mais de dois partidos poderia resultar na ressurreição das mesmas forças políticas dominantes no sistema anterior – o PSD, o PTB e a UDN. Assim, emergiu um sistema partidário formal (ARENA e MDB), o qual foi certamente útil ao regime durante as fases de compreensão, fornecendo-lhe uma fachada democrática (KINZO, 1989, p. 7).

Segundo KINZO (1989), a lógica dos militares em garantir modelos de sistemas partidários origina-se no apoio, mesmo que seja externo, ao partido ARENA. O que significa montar um legislativo que assegure a governabilidade do executivo, e que este, possa controlar o legislativo. Lógica que surge não somente no período militar. Como aponta a autora, essa lógica esteve presente também no regime democrático 1945-1964.

Afirma-se que o MDB no momento bipartidário, aproveita-se, se configurando como partido opositora referente à ditadura militar. E mais, conseguiu unir-se às oposições “liberais, conservadores e os diversos setores da esquerda” (KINZO, 1989, p. 11), em prol da abertura democrática e com a passagem em trânsito para a criação/fusão do PMDB.

Sendo que este, ficou conhecido como o partido que teve fundamental participação para a abertura política. Todavia, a autora afirma que uns dos motivos para que o PMDB² encontre dificuldades em se configurar no governo executivo, são as multivariáveis/decisões presentes em questões internas do partido, ou seja, devido à heterogeneidade do mesmo.

Não obstante, boa parte dos problemas que o PMDB vem enfrentando na Nova República tem a ver com sua própria história, ou ainda, com o dilema de ter sido construído através de uma identidade

² Sobre o PMDB, ver estudos de MELO, Paulo Victor Teixeira (2013).

oposicionista difusa, que certamente foi eficaz para lutar contra o regime e para arregimentar amplo apoio político e eleitoral, mas que se mostraria insuficiente para assumir a tarefa de governo (KINZO, 1989, p. 12).

KINZO (1989) aponta dois modos que influenciaram o sistema partidário no Brasil. O primeiro: o motivo dos militares liderarem posicionamentos aos sistemas partidários, reestabelecia a lógica da capacidade de influenciar a oposição, e reconhecia-se que esta oposição, sozinha, não guiava os rumos da abertura democrática. Esses foram os motivos das alterações das reformas partidárias e o porquê de após a abertura política, dar-se de forma indireta, e não pelo sufrágio universal. O que houve aqui foi uma negociação por uma abertura política gradual e lenta, e, nesse jogo, o PMDB³ foi o partido que conseguiu participar e aliar-se a essa negociação com os militares, para a abertura política no Brasil.

O segundo modo de influência do sistema partidário foi: a elaboração e a promulgação da nova Constituição Brasileira em 1988. Onde chama a atenção o caráter mobilizador, no quesito participação, envolvendo a sociedade civil, os partidos políticos, e outras instituições ou líderes influentes - com multifacetados jogos de interesses. Essas diferenças, os benefícios difusos, culminaram em uma desorganização partidária, o que proporcionou distensões partidárias, fusões, criações de novos partidos. E, dessa forma, distanciava-se de uma instabilidade partidária.

Talvez pela primeira vez em nossa história os partidos dispuseram de recursos políticos necessários para o desempenho de suas funções como órgão representativo e de decisão, em uma situação em que deveriam construir um novo arcabouço constitucional sob os olhos atentos da opinião pública e sob as pressões de grupos organizados da sociedade civil. E evidente que para muitos o resultado está aquém do esperado e que esse processo não provocou as mudanças necessárias para a afirmação dos partidos e da prática democrática

³ O PMDB tem estado mergulhado em frequente crise de identidade ser ou não ser governo, ser ou não ser progressista, menos ou mais clientelista. O que tem agravado profundamente seus problemas de dissensão interna. Foi essa indefinição que levou um grupo de 47 parlamentares da ala centro-esquerda a sair do partido e criar uma nova alternativa partidária, o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira (KINZO, 1989, p. 14).

no País. Mas podemos dizer com certeza que alguns passos nessa direção foram dados (KINZO, 1989, p. 16).

Contudo, KINZO (1989) identifica a importância dos partidos políticos no sistema democrático, e reitera que, com a falta de estabilidade e de consolidação destes, jamais poderíamos deixar de lado a função exitosa dos partidos políticos em sociedades democráticas que se governam e expressam com ajuda dos mesmos. No caso brasileiro, a consolidação do sistema partidário requer prazo/tempo. KINZO (1989) citando SARTORI, considera que essa estabilidade partidária no Brasil vai decorrer com o prosseguimento insistente do experimento democrático.

MELO (2010a) mostra que os líderes partidários, no sistema presidencialista, têm opções de disputar as eleições do governo central, sendo candidatos, fazendo parte de coligações, ou ainda, disputando vagas no poder legislativo. Observa-se que, no Brasil, como mencionamos anteriormente, há um “aninhamento”⁴ sobre as eleições nacionais e estaduais. Os partidos têm que ficar atentos, porque as configurações delineadas por líderes partidários em eleições nacionais ou estaduais podem influenciar simultaneamente umas às outras. Portanto, sobre o “aninhamento”, MELO (2010a) reforça a atenção para influências que podem incorrer nesse processo interdependente. Deste modo, se o partido está pleiteando a arena nacional e não tem ninguém na arena estadual, seria mais vantajoso fazer uma coligação na arena estadual para propulsão-lo à arena federal. Por isso, o autor enfatiza: “em uma estrutura de jogos aninhados, o *pay-off* em uma determinada arena é influenciado pelas decisões tomadas em outra, de forma que é preciso perceber como cada ator se posiciona” (MELO, 2010a, p. 6).

Em síntese, na democracia brasileira os partidos políticos podem escolher entre priorizar as eleições presidenciais, as eleições para os governos estaduais ou as disputas proporcionais. Mas como os jogos encontram-se imbricados, a opção pelas duas últimas não implica em uma saída do jogo principal – como o PMDB tem demonstrado, um partido pode ser bem-sucedido em uma estratégia que objetive fazer

⁴ Termo utilizado por MELO (2010a), em referência à aproximação e a influência que as eleições nacionais podem impactar as eleições estaduais.

parte do jogo presidencial sem, no entanto, participar de forma sistemática da eleição propriamente dita (MELO, 2010b, p. 19).

Neste aspecto, há a necessidade de os partidos programarem qual é o seu objetivo principal: a presidência, os governos estaduais, ou ter uma bancada congressista forte. Portanto, vale ressaltar que, se for a presidência, e não estiver em alinhamento na esfera estadual, pode-se acarretar drásticas resoluções. O partido pode coligar com bases distantes da sua ideologia partidária; a não coligação forte poderá acarretar pouco apoio em seu estado - o que influenciará a disputa nacional. Na esfera legislativa, há a possibilidade dos partidos se coligarem para fortalecer o modelo proporcional, e também, realizar uma coligação maior visando compor a coalização na esfera presidencial.

MELO (2010a), aponta os motivos de o porquê o PT e o PSDB são dois partidos com “vocação presidencial”, ou seja, mostra que, desde as eleições de 1994, os motivos que levaram somente esses dois partidos a se revezarem na presidência, seguem como:

PT e PSDB destacaram-se, dentre os maiores partidos, por terem se mostrado capazes de (1) formular um projeto de política nacional, (2) de apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) de se unificar em torno de (1) e (2) (MELO, 2010a, p. 8).

O autor também demonstra, como estes dois partidos se articularam nos Estados. O PSDB, tem mais o perfil de coligar-se com outros partidos, e apresentar poucos candidatos nos pleitos estaduais. Já o PT, se caracteriza mais pelo afastamento da esfera estadual ao não se coligar com partidos fora de sua base partidária⁵ de centro/direita, enquanto coliga somente com partidos de esquerda, e apostava em candidatura própria nos Estados, e, até mesmo, onde não obtinha tradição eleitoral estadual. Nesse caso, o PT usou a estratégia de colocar o Lula nos palanques para impulsionar as campanhas, dar ecos de fortificação ao PT, na busca de se fortalecer nacionalmente. MELO (2010a) ainda afirma que o uso da imagem do Lula nos palanques foi

⁵ Em Minas Gerais aconteceu um fator inusitado no ano de 2008. Na campanha da prefeitura municipal de Belo Horizonte deste ano, o então Senador Aécio Neves (PSDB) e o ministro Fernando Pimentel (PT), no governo Dilma, principais lideranças no estado, confirmaram uma aliança informal entre PSDB e PT em defesa da candidatura a prefeito do candidato Márcio Lacerda (PSB).

fundamental para o PT ultrapassar o PMDB em número de candidatos lançados para governador, nos períodos de 1986 e 2006.

Mais importante do que vencer nos estados era levar Lula, a estrela e o discurso petista a todos os cantos com o objetivo de firmar um projeto político. Isso explica por que o PT, entre 1986 e 2006, foi a legenda que mais lançou candidatos a governador, superando o PMDB (MELO, 2010a, p. 8).

Segundo MELO (2010a), o PSDB acabou vitorioso em 1994, em seu início presidencial, levando em consideração a “estabilidade econômica da austeridade fiscal na agenda nacional”⁶, bem como, a articulação coligacional com partidos de centro direita, como o PFL e o PTB; e, com a crise do PMDB.

MELO (2010a) considera ainda, que o PSDB se apoderou do lado centrista do PMDB, ocupando a posição que antes era do mesmo, até 1989. Geralmente, o PT pregava oposição e tornava-se via alternativa para substituir o PSDB. Assim, o PMDB entrou no cenário de coadjuvante na esfera nacional, e perdeu a capacidade de pensar um projeto político nacional, entrando como partido de coalizão. Formando coalizações tanto com o PSDB, quanto com o PT. E ainda, possuindo forte fonte de articulação, ao fazer coligações com prefeituras no interior do Brasil. Deste modo, o PMDB entra no cenário contemporâneo da política no Brasil, como partido que almeja cargos e ministérios na esfera nacional, promovendo um jogo de embargo.

MELO (2010a) reitera que, mesmo que no Brasil, com um sistema fragmentado de partidos, na esfera presidencial, configura-se uma estabilidade, ora com PSDB, ora com PT. Definindo essa divisão pelo aspecto da esquerda seguido pelo PT e alguns partidos de esquerda, *versus* uma conjuntura de centro direita, formada pelo PSDB/ DEM. E identifica alguns partidos que ficam jogando em cena na coalizão na esfera presidencial, como PMDB, PP e PTB, que ficam de “plantão”, mirando a possibilidade de se aderir ao governo, ou romper com ele.

Em artigo publicado na revista brasileira *Ciência Política*, MELO (2010b) predispõem tais conclusões referentes ao sistema partidário no Brasil: (1) o

⁶ (MELO, 2010a, p. 9).

sistema partidário Brasileiro atual é mais fragmentado do que o sistema de 1946; (2) houve aumento da fragmentação partidária e pouca relação entre eleitores e partidos; (3) o sistema partidário é fragmentado, porém dois partidos consolidam-se na cena presidencial.

O autor observa o multipartidarismo de forma peculiar aos períodos democráticos ocorridos no Brasil e, ao longo da história, percebe-se a fragmentação partidária que se foi desenvolvendo no país. O número de partidos na câmara dos deputados foi crescendo do período de 1945 a 1962⁷ e no período de 1982 a 2006.

Com o término do regime militar, houve alterações que, ainda segundo o autor, beneficiaram o aumento da participação dos eleitores e o aumento dos partidos. Analfabetos foram autorizados a votar, autoriza-se o voto facultativo de 16 anos, os partidos comunistas saem da ilegalidade, dá-se o “fim da fidelidade partidária”, a possibilidade de realizar coligações partidárias, fortalece-se a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão. Dessa forma, MELO (2010b) afirma que se criou, com essa nova legislação, mecanismos para ampliação de novos e mais partidos e eleitores.

Um dos motivos da fragmentação política no Brasil, decorre da crise do PMDB, acumulada por baixos índices de reprovação do governo Sarney, o que decorreu na quebra da popularidade desse partido no cenário eleitoral. Em consequência, houve a “crise governista”, o aumento da criação de diversos partidos, e, a migração/fusão partidária (MELO, 2010b, p. 16).

O mesmo autor ainda afirma que nos Estados não há uma competição dual partidária, como o exemplo: PT x PSDB. Da forma como estes se configuram na arena nacional. Portanto, na esfera estadual, existem polos de “elites locais” que predominam nos pleitos estaduais. Contudo, como mencionamos, esses processos eleitorais são interdependentes, onde se identifica que, ser dominante na arena nacional, não é totalmente influente para angariar eleições estaduais.

⁷ O crescimento do número de partidos na câmara dos Deputados, no período de 1945 – 1962, foi estudado por NICOLAU, 2004, apud MELLO, 2010b.

O que as disputas estaduais mostram com muita clareza é a tendência à formação de dois grandes blocos em torno dos quais se distribuem as elites locais. Neste ponto, as eleições estaduais parecem mostrar que a regra da maioria absoluta nas eleições para o poder Executivo não torna dominante a estratégia de lançamento de candidatura própria por parte dos partidos (MELO, 2010b, p. 37).

Assim sendo, quando analisamos porque os brasileiros não confiam nos partidos políticos no Brasil? A resposta está baseada na retrospectiva histórica. E porque encontramos a dificuldade dos partidos em se institucionalizar? A relação entre Estado e sociedade – no sentido de credibilidade, confiança

Desse modo, a democracia contemporânea, no que diz respeito a uma das suas instituições-chave de fomento democrático- os partidos parecem ter entrado num processo de estagnação, agravado pelas percepções céticas e negativas dos cidadãos em relação a elas, especialmente em relação à sua capacidade e eficiência como mediadora política (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 90).

Demonstrando que nas últimas décadas no Brasil e em alguns países da América Latina, sem dúvida, a era democrática apontou certos melhoramentos, principalmente no que equivale as instituições com efeito representativo para as questões de interesses sociais. Portanto, considera que o mais esperado, na intermediação entre Estado e sociedade, mediada pelos partidos políticos, não contemplou, via de regra, os quesitos como a eficiência de mediação política entre Estado e sociedade civil.

Todavia a expectativa gerada a respeito de uma relação mais madura, estável e eficiente entre Estado e sociedade via partidos políticos não tem se materializado. Desse modo, a democracia contemporânea, no que diz respeito a uma das suas instituições – chave de fomento democrático – os partidos – parece ter entrado num processo de estagnação, agravado pelas percepções céticas e negativas dos cidadãos em relação a elas, especialmente em relação à sua capacidade e eficiência como mediadora política (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 90).

Segundo o autor, há um desafeto da população em relação a instituição/partidos que fazem a interlocução/mediação política. O termo desafeto, advém do conceito abordado pelo autor, em referência a TORCAL

(2003). Entende-se como desafeto político o “sentimento de impotência, cinismo e falta de confiança no processo político, nos políticos e nas instituições democráticas, porém sem questionar o regime político” (TORCAL (2003) apud BAQUERO; LINHARES (2011)).

BAQUERO; LINHARES (2011) considera os níveis baixos de confiança que a sociedade mantém em relação aos partidos, de acordo com pesquisas de opinião pública realizada na América Latina (*Latinobarômetro, World Values Survey, Encuesta Panamericana, LAPOP*). A sociedade não se identifica com os partidos, no sentido que eles possam ter uma certa “credibilidade, legitimidade”. Não há uma interlocução entre os partidos e sociedade civil.

Desencanto e indiferença das pessoas em relação aos partidos políticos. Esse profundo mal-estar com essas instituições não é consequência de predisposições deliberadas de hostilidade por parte dos cidadãos em relação a essas instituições, mas derivam de uma relação de desconfiança construída historicamente na qual os partidos não são vistos como representantes autênticos das demandas da sociedade (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 91).

Os partidos são questionados por apresentar pouca canalização ou intermediar os interesses e demandas da sociedade para transformá-los em estratégias políticas eficientes. Uma consequência imediata desta forma de ver os partidos é a erosão de sua credibilidade e legitimidade. Assim, o que se consta. (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 91).

Dessa forma, as ideologias partidárias, segundo o autor, perdem a capacidade de atrair e buscar idealizadores e identidades coletivas. No sentido que aumenta a individualização no candidato e dá-se pouca consideração às instituições políticas. Neste mesmo espaço, há uma observância de modo geral, que a sociedade perde gradualmente a confiança nas instituições políticas e espaço político, e isso é recorrente devido assuntos direcionados a corrupção e mau gerenciamento na esfera das instituições políticas.

Segundo o autor, a falta de estabilidade e eficiência dos partidos, no elo de representação democrática, reduz a qualidade da democracia. A legitimidade dos partidos está onde são capazes de representar a sociedade no âmbito do Estado, fazendo o papel de mediador entre sociedade civil e

Estado. Neste sentido, os partidos, constituem-se como vias de sustentação para a democracia.

Diante desta situação, no caso brasileiro se observa uma situação na qual, de maneira semelhante a outros países, a democracia em seu sentido difuso mostra um fortalecimento, mas ao mesmo tempo as instituições políticas, particularmente os partidos políticos, são consideradas instituições pouco confiáveis e, em alguns casos, inclusive, dispensáveis (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 93).

Existe duas escolas para se pensar os partidos políticos: 1/ Os partidos estão em baixa/enfraquecidos. Há uma preocupação de resolver este problema ou o motivo dessa questão. 2/ Os partidos se diferenciaram em comparação a períodos anteriores, porém continuam fortificados e influentes.

Para BAQUERO E LINHARES (2011), a perda geralmente em maior escala é do eleitor. Este que apresenta carência de informação, confiança e de associação com os partidos políticos. Nesse cenário, não há um atrativo que faça com que os eleitores tenham uma relação próxima com os partidos. Neste sentido, os partidos seguem a lógica apontada tanto por LAMOUNIER (1989), quanto por BAQUERO; LINHARES (2011), onde os partidos estão interessados somente na votação, em arrecadar votos em cada eleição, conformando uma condição clientelista/eleitoreira.

Neste processo, o principal perdedor é o cidadão comum, posto que não dispõe de tempo para se informar, educar-se, confiar e se associar a partidos políticos existentes, por não haver estímulos para que as pessoas façam isso. Os partidos somente querem seu voto a cada quatro anos. Dessa forma, ainda que os partidos estejam perdendo o apoio tanto financeiro como pessoal de seus simpatizantes, isto não tem afetado sua capacidade para angariar recursos para campanhas eleitorais, selecionar e recrutar candidatos e debater políticas (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 94).

Ou seja, os partidos políticos não têm somente a relevância como instituição capaz de intermediar a relação entre Estado e sociedade, mas, se estabelecem também, como instituição capaz de influenciar/intervir e tomar decisões no espaço político governamental. Segundo os autores, corresponde a uma evidência se afirmar dentro do espaço da Ciência Política, que os

partidos políticos são fundamentais para a fortificação da democracia. Porém, não há uma conformidade de opiniões referentes a qualidade e influência que os partidos políticos possam ou devam ter para contribuir para uma cultura política mais democrática e participativa.

Sendo assim, surgem temas considerados como desilusões com os partidos: 1 - Aumento da Corrupção. Escândalos políticos. 2 - Os partidos são vistos como distantes na relação de intermediar a sociedade civil e o Estado.

O aumento da corrupção estimula o aumento da desconfiança do eleitor com os partidos e o afastando da participação de ciclos políticos. Acentua elementos presentes na cultura política brasileira como o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo. Ou seja, nossa cultura difunde uma prática confusa e contraditória em estabelecer nos espaços públicos questões privadas. Almejando satisfações e ganhos de próprio interesse. Corrompendo, desta maneira, a qualidade da democracia, enquanto as instituições em detrimento das questões da sociedade civil, passa a privilegiar questões privadas.

Segundo BAQUERO E LINHARES (2011), de acordo com pesquisas de opiniões públicas, houve um aumento no Brasil do antipartidarismo. Há uma crítica sobre os partidos políticos, afirmando que eles não são importantes para o sistema político democrático. Critica-se os partidos que existem, reiterando que os mesmos se configuraram para representar apenas uma certa elite política e assim, fomenta-se um antipartidarismo cultural. Onde os partidos e os políticos são vistos como cínicos. Falseando atuações somente para ganhar eleições. Porventura, os autores afirmam que quando os partidos não conseguem atuar como representantes da sociedade civil perante a população, onde não se cultiva a intercomunicação entre sociedade e Estado, desenvolve-se uma percepção atrelada à lógica de que certas práticas se oligarquizam na dimensão política.

A fragmentação da sociedade brasileira é reflexo dos enraizamentos históricos e culturais de práticas clientelistas e corporativas, que têm impedido a coesão desejada. A inoperância dos partidos tradicionais tem permitido que o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo

continuam sendo elementos articuladores preponderantes na política do Brasil (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 99)

Segundo BAQUERO E LINHARES (2011), reiteram sobre a cultura política brasileira, referindo-se aos personalismos, onde as relações pessoais se entretecem nas relações da vida pública (relações políticas, sociais), aspecto muito bem acenado na literatura de Sérgio Buarque de Holanda (1936). Raymundo Faoro (1958), segundo os autores, travou o patrimonialismo como modelo de relação patriarcal/paternalista na esfera da sociedade brasileira, e este permaneceu até o período do Estado Novo. “O patrimonialismo se caracteriza pela utilização da propriedade pública para fins privados, onde ocorre uma indistinção total entre o Estado patrimonial e a família patriarcal” (BAQUERO; LINHARES, 2011, p. 99).

Todavia, segundo os autores, a presença de oligarquias no poder político, mandonismo/coronelismo, voto cabresto (votar em troca de algo/favores pessoais), a desestrutura dos sistemas políticos fora da lógica democrática, são características, tanto do personalismo e patrimonialismo, quanto do clientelismo enraizado na cultura política do nosso país.

O clientelismo surge como decorrência do coronelismo. Este fenômeno é mais amplo e atravessa toda a história política do país. É um tipo de relação que envolve a concessão de benefícios públicos entre os atores políticos (BAQUERO; LINHARES, 2011, p.100).

No Brasil, ainda de acordo com os autores, há uma fragilização do sistema partidário, no sentido em que é possível observar cenários de clientelismo entre os partidos, oligarquização destes no espaço político, bem como, a falta de participação e politização ao representar as questões da sociedade. Desta maneira, o sistema político brasileiro vem reproduzindo práticas tradicionais decorrentes do nosso passado histórico (patrimonialismo, clientelismo, personalismo). Neste sentido, consideram como válido o sistema político democrático no Brasil, porém, ressaltam a fraqueza dos partidos, devido ao fato de carregar estas características históricas da nossa cultura política.

BRAGA e PIMENTEL, JUNIOR (2011) afirmam, de acordo com análises de outros autores da ciência política⁸, a necessidade no âmbito democrático em se obter interlocução entre partidos e eleitores. Ou seja, essa aproximação seria um elo fundamental para medir o conceito de identificação partidária expresso no comportamento dos eleitores (este conceito foi utilizado para explicar o comportamento eleitoral dos americanos em meados das décadas de 1950 e 1960). E além disso, até mesmo o processo de não identificação com os partidos, poderia fornecer bases para a interpretação sobre o antipartidarismo.

Todavia, há uma variável histórica de estudos que demonstra os níveis de identificação com os partidos políticos no Brasil. Os quais, ocorreram no período de 1945 a 1964, (LAVAREDA,1999)⁹. Bem como, no regime militar (SANTOS, 1978)¹⁰, e por último, na abertura política, até os anos 2002 (KINZO E CARREIRÃO, 2004)¹¹. Esses estudos abrangem três períodos, demarcando uma queda de identificação do eleitor brasileiro com os partidos políticos.

BRAGA e PIMENTEL, JUNIOR (2011) estão mostrando que, se de um lado, existe a contestação que os partidos pouco importam em explicar o comportamento do voto, referente aos eleitores brasileiros, e assim, que realmente existe um baixo reconhecimento partidário. Por outro lado, mostra que as eleições presidenciais têm se polarizado em duas frentes partidárias: PT x PSDB. Ou seja, compreendemos que esses partidos, e de maneira geral, todos os partidos brasileiros, não conseguem impregnar uma raiz identitária com a sociedade. Porém, vale destacar também que, no Brasil, em relação às eleições presidenciais, existe a observação acerca de uma simpatia palpável para com esses dois partidos. Existindo ainda, uma divisão do eleitorado.

Seguindo os argumentos dos mesmos autores, o partidarismo é elo fundamental que influencia a disputa/decisão eleitoral, expresso pelas simpatias partidárias, as quais correspondem a um vínculo baseado na prática

⁸(DALTON et al, 2003; MACKUEN & RABINOWITZ, 2003).

⁹Apud BRAGA; PIMENTEL, JUNIOR, 2011.

¹⁰Apud BRAGA; PIMENTEL, JUNIOR, 2011.

¹¹Apud BRAGA; PIMENTEL, JUNIOR, 2011.

de atuação do partido e na aprovação da gestão. O que evidencia o objetivo dos partidos em disputar diversos pleitos eleitorais.

Essas simpatias são subprodutos do histórico de disputas e da implementação de projetos políticos dos partidos. Dessa forma, mesmo aqueles eleitores que não sabem se preferem determinada linha partidária, seja pela distância e aversão que possuem em relação à política, seja pelo baixo conhecimento cognitivo acerca das legendas, a convivência com elas marca subjetivamente suas preferências ano após ano, eleição após eleição, estabelecendo inclinações que fomentam e enquadram a realidade político-eleitoral. Por outro lado, governos bem-sucedidos em suas administrações também são cruciais para a formação de percepções positivas quanto à capacidade dos partidos representarem os anseios da sociedade, redundando em agentes eficientes na avaliação dos eleitores. As reeleições do PSDB (1998) e do PT (2006), e, em seguida, a eleição do sucessor petista em 2010, são evidências nesse sentido (BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011, p. 4).

Segundo BRAGA e PIMENTEL, JUNIOR (2011), os estudos sobre os eleitores e suas percepções sobre os partidos políticos, são estabelecidos através da realização de pesquisa de *surveys*, de acordo com o conceito de identificação partidária (segundo a escola de Michigan). Os índices de identificação partidária no Brasil, de acordo com a pesquisa, conforme mostra a tabela a seguir, são baixos, entretanto, nada assustadores, pois o Brasil está em posição não muito aquém da média de países com democracias consolidadas. Portanto, segundo os autores, a relação entre eleitores e partidos no Brasil não é de nível tão baixo¹².

¹² Segundo BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011, o efeito do escândalo de corrupção em 2006 (mensalão) assinalou a pior série de eleitores que se dizem representados pelos partidos políticos no Brasil.

Tabela 01 - Identificação partidária comparada¹³

	1996 – 2000	2000 – 05
Austrália	83,5	83,9
Ucrânia	70,5	-
Israel	64,2	62,4
Estados Unidos	57	56,1
Nova Zelândia	56,3	55,7
Rússia	56,1	-
França	-	55,8
Polônia	53,7	41,8
Suécia	53,1	48,8
Noruega	52,9	41,3
Canadá	52,1	-
Portugal	51,8	51,8
Islândia	51,6	54,2
Dinamarca	51,4	50
Brasil	-	49,4
Grã-Bretanha	48,8	44,9
República Tcheca	48,8	63,7
México	48,2	51,9
Romênia	47,1	-
Finlândia	-	46,6
Espanha	42,8	61,3
Bulgária	-	42,7
Japão	37,5	-
Alemanha	37,4	37,2
Suíça	36,7	42,5
Bélgica	-	36,1
Hungria	35,8	52,6
Lituânia	34,6	-
Taiwan	33,8	42,8
Holanda	27,9	-
Irlanda	-	27,7
Coréia do Sul	27,3	40
Peru	22,8	-
Eslovênia	21,7	-
Tailândia	21,5	17,7
Chile	20,7	-
Bielo-Rússia	11,7	-
Hong Kong	7,9	28,1
Média*	42,7	47,7

Fonte: Comparative Study of Electoral Systems, Módulos I e II. Dados com peso (*missing data* não foram incluídos no cálculo dos percentuais).

¹³ Disponível na Tabela 1 – Identificação Partidária Comparada (*Comparative Study of Electoral Systems*, módulos I e II, citado por BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011, p. 5-6).

BRAGA e PIMENTEL JUNIOR (2011) utilizam a expressão “heurística” no sentido que os partidos políticos brasileiros deveriam seguir o significado da expressão. Esperava-se que os partidos políticos pudessem conseguir organizar, criar mecanismos, modelos equacionais, em que os eleitores também pudessem tomar decisões, como a junção com os partidos, a politização e o poder de decisão, não somente na hora do voto.

A diferença entre simpatia partidária¹⁴ e identidade partidária, pode ser entendida tendo como modelo as abordagens de BRAGA e PIMENTEL JUNIOR (2011). Podemos entender que, na simpatia partidária, o eleitor tem uma afinidade com o partido no sentido emocional, e talvez não consiga justificar com clareza, politização, esse afeto propagado pelo partido. Já a identidade partidária, cria um contraste com a perspectiva anterior, pois o eleitor demonstra razões embasadas ao definir seu voto em determinado partido.

A simpatia partidária se estabelece na espontaneidade do eleitor e a identificação partidária na politização do mesmo. Porém, o grau de afeto pelo partido muitas vezes é o mesmo, tanto com a simpatia quanto com a identidade.

Nesse sentido, as predisposições afetivas dos eleitores pelas legendas atuariam no comportamento eleitoral da mesma forma como a identificação partidária, porém sem que necessariamente os eleitores assumam espontânea e claramente uma identidade junto a elas (BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011, p.10).

Segundo os autores, quando os eleitores utilizam ou observam o partido como mecanismo de representação, isso influencia na hora da votação. Nesta análise, o aval do eleitor no partidarismo seria algo de certa sofisticação política, e expressa, pela maioria das vezes, em eleitores com maior escolaridade, ou que se envolvem com movimentação e articulação política.

BRAGA e PIMENTEL JUNIOR (2011) reforçam, dessa maneira, a ideia que os partidos políticos no Brasil não são irrelevantes. Observa-se, que a

¹⁴ Os partidos ganharam maior importância em termos de simpatia em 2010, em relação às eleições de 2002, e, principalmente, 2006, quando refletiram resultados de escândalos políticos (BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011, p. 4).

simpatia pelos dois principais partidos que se revezam nos pleitos eleitorais para presidente, a saber, PT x PSDB, vem aumentando no Brasil. Isto é, as simpatias por esses partidos estão fomentando a explicação dos eleitores ao votarem (decidirem seus votos).

Ao que tudo indica, os eleitores tornaram-se mais familiarizados com os partidos devido ao embate entre as candidaturas presidenciais dessas legendas, criando simpatias e antipatias. Apesar de o PSDB não contar com uma grande quantidade de eleitores que expressam espontaneamente preferência por essa legenda, a simpatia por esse partido parece estar desempenhando papel cada vez mais importante para a decisão do voto, mesmo entre os eleitores com menor escolaridade (BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011, p.12).

Existem alguns estudos desenvolvidos no Brasil, nos quais observa-se que os eleitores estão votando conforme razões socioeconômicas. Argumentos apontados por alguns autores, como: SINGER (2009, 2010)¹⁵; HOLZHACKER e BALBACHEVSKY (2007); VEIGA (2007)¹⁶; BOHN (2011)¹⁷; MARTINS JR (2009)¹⁸. Visto que as políticas sociais, programas de combate à fome e à pobreza expandida no governo Lula, representam fatores preponderantes. Esses fatores propulsionaram eleitores de camadas pobres a terem uma simpatia crescente e uma identidade partidária com o PT – Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido, podemos ressaltar que a renda e voto caminharam juntos, ou seja, quanto maior a renda, o eleitor apresenta-se como não votante no PT, e, quanto menor a renda, votante no PT. Esse fato foi muito característico nas eleições presidenciais de 2006. Contudo, não obteve nenhuma influência nas eleições de 2002.

No sentido de entender o comportamento do eleitor, os autores BRAGA e PIMENTEL JUNIOR (2011) afirmam que os partidos políticos importam. A justificativa derivaria do fato de que os eleitores possuem preferências e simpatias partidárias. Deste ponto de vista, subentendem que os partidos têm relevância, simplesmente pela forma que os eleitores decidem seus votos, atribuindo certas preferências aos partidos tanto por simpatia (sentimento) ou

¹⁵Apud, BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011.

¹⁶Apud, BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011.

¹⁷Apud, BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011.

¹⁸Apud, BRAGA; PIMENTEL JUNIOR, 2011.

identidade (ideologia). Sendo que, neste último caso, o modelo não é tão expressivo no Brasil. Essa perspectiva de que os partidos políticos importam, se justifica porque condiciona o cenário das eleições presidenciais. Como no caso específico, observado no Brasil, no âmbito da disputa presidencial entre PT x PSDB (desde as eleições de 1994). Seguindo esses apontamentos, podemos concluir que as eleições brasileiras estão sendo decididas pelo fato de que os eleitores demonstram maior simpatia por esses partidos, através da simpatia partidária que tem justificado o voto do eleitor.

3.0 PSDB NAS ELEIÇÕES NACIONAIS: HISTÓRICO CONCENTRADO PÓS 2014

3.1 Histórico do PSDB nas eleições presidenciais

De acordo com SILVA (2011), o primeiro candidato do PSDB a disputar as eleições presidenciais foi o candidato paulista Mário Covas, recém dissidente do PMDB e um dos fundadores do PSDB. Covas participou das eleições de 1989, tendo como candidato a vice-presidente, Almir Gabriel, pertencente à mesma sigla, PSDB. Porém, nessa eleição, o confronto principal ficou direcionado aos candidatos Fernando Collor e Luís Inácio Lula da Silva, sendo eleito o candidato Collor.

Após o notório *impeachment* de Collor, Itamar Franco assumia a presidência. E nesse momento, alguns membros do PSDB começaram a participar e apoiar o governo de Itamar Franco. Destaca-se a participação de Fernando Henrique Cardoso, como Ministro das Relações Exteriores, e, posteriormente, Ministro da Fazenda. Sendo que, neste último Ministério foi implementado o Plano Real.

Com a aceitação do Plano Real perante os eleitores, o Ministro da Fazenda ganhava atenção crescente, devido ao Plano Real. Além disso, Itamar Franco não poderia se recandidatar às eleições de 1994. Assim, Fernando Henrique Cardoso, psdebista, foi lançado candidato a presidente do Brasil.

Tendo Marco Maciel, do PFL, como vice. Dessa forma, esta dobradinha, entre PSDB/PFL, sagra-se eleita para mandato de quatro anos para presidente e vice-presidente da República Federativa do Brasil entre 1995 a 1999.

Durante as eleições de 1998, a mesma dupla que se candidatou nas eleições de 1994, recandidata-se novamente, devido à aprovação do congresso para a reeleição tanto na esfera nacional, quanto estadual e municipal, tomando partido presidente, governador e prefeitos. Essa dobradinha partidária torna-se eleita e além disso, representa a primeira reeleição para presidente no Brasil após a abertura política.

Em 1994, o PSDB lançou FHC como candidato à presidência, tendo como vice Marco Maciel (antigo PFL-PE, hoje DEM-PE), ex governador de Pernambuco e atual Senador. Vale ressaltar que Marco Maciel foi um dos apoiadores do regime militar. A continuidade do Plano Real foi o principal apelo para a reeleição de FHC em 1998. Nesse período, à frente do governo federal, o PSDB teve apoio do PFL, do PTB, do PPB (atual PP) e de uma parte do PMDB. Quanto às políticas, destaca-se o chamado neoliberalismo que prevê menor intervenção no Estado na economia (SILVA, 2011, p. 60).

Já nas eleições presidenciais de 2002, o PSDB lançava o candidato José Serra para a disputa. Este tinha sido Ministro da Saúde no Governo de Fernando Henrique, e desta vez, o PSDB escolhia como vice, a candidata do PMDB, Rita Camata. Essa parceria partidária é formada pela primeira vez para a candidatura presidencial, depois da (in)disposição do PMDB, que se difundindo em diferentes alas, durante um processo de descontentamento com o partido, desdobra-se na criação do PSDB. Assim, é a primeira vez que esses partidos aparecem juntos numa parceria presidencial. Porém, neste momento, o candidato do PSDB sofria a derrota para o candidato do PT, Luís Inácio Lula da Silva. Fortalecida pela presença de seu vice, José de Alencar e, pela coligação PT/PL/PC do B/PCB e PMN.

Nas eleições presidenciais de 2006, o PSDB lançou como candidato Geraldo Alckmin, que havia sido governador de São Paulo. O vice candidato a presidente da chapa de Alckmin era o senador José Jorge, do PFL de Pernambuco. A chapa de Geraldo Alckmin concorreu com Lula e o PT.

Todavia, novamente, o partido acabou perdendo, apesar de chegar ao segundo turno.

No ano de 2010, novamente o PSDB faz a junção com o DEM, elencando o candidato José Serra como presidenciável, juntamente com seu candidato a vice, Índio Costa (DEM). Entretanto, o PSDB, mais uma vez sai derrotado, perdendo agora para a candidata Dilma Rousseff, do PT, que fez liderança com o PMDB, tendo como vice o pemedebista Michel Temer.

Já no ano de 2014, última eleição contabilizada até a presente data, o PSDB lança como candidato a presidente o senador Aécio Neves, do estado de Minas Gerais. E, pela segunda vez, a escolha do vice candidato é do mesmo partido, Aloysio Nunes – PSDB-SP (o que também havia acontecido nas eleições de 1989).

Assim sendo, o DEM estava na coligação e o presidente do partido, Agripino Maia, era o coordenador da campanha do presidenciável Aécio Neves. O presidente do DEM, Agripino Maia, é potiguar, liderança fluente no PFL e depois no DEM. Com a fusão partidária, exerceu mandato de prefeito em Natal – RN, de governador, e, está no 5º quinto mandato como senador: (1987 – 1991), (1987 – 1995), (1995 – 2003), (2003 – 2011) e (2011 – 2019).

De todos os candidatos do PSDB até esta última eleição (2014), Aécio Neves foi o candidato que chegou mais próximo de assumir a presidência. Contudo, foi derrotado pela reeleição da candidata Dilma Rousseff – PT, e por Michel Temer – PMDB.¹⁹

Veremos adiante alguns apontamentos acerca das possíveis relações estabelecidas para a análise deste contexto, a saber, as eleições presidenciais de 2014, através do foco PT x PSDB, e o porquê da derrota do candidato Aécio Neves em seu próprio estado.

¹⁹Alguns destes embasamentos historiográficos referentes ao processo de desenvolvimento histórico do PSDB nas disputas eleitorais presidenciais estão disponíveis em (SILVA, 2011, p. 58 a 61) e (MAYER, 2009, p. 11 a 13).

3.2 Aécio Neves (PSDB) e as eleições presidenciais de 2014

Aécio Neves foi candidato a presidente da república pelo Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB no ano de 2014. Tendo como *slogan* da coligação o tema: “Muda Brasil”. Nessa campanha conseguiu agregar os seguintes partidos: PSDB/ PMN/ SD/ DEM/ PEN/ PTN/ PTB/ PTC/ PT do B. Essa coligação representa uma junção de partidos de vertente política de direita e centro.

Em relação às eleições presidenciais, as coligações estabelecidas pelos tucanos mantêm o perfil estabelecido desde 1994, ou seja, coligações com partidos de centro e de centro-direita. Esse aspecto pode ser explicado devido ao pouco espaço para coligações com partidos de centro-esquerda e esquerda (MAYER, 2009, p.13).

Aécio Neves, mineiro, natural de Belo Horizonte, vem acumulando funções políticas desde que foi secretário do seu avô, Tancredo Neves; quando este o chamou para ser assessor no seu governo em Minas Gerais (1982 – 1984). Tancredo não completaria todo o mandato, devido ao motivo de afastamento para concorrer às eleições presidenciais indiretas no Brasil, pós ditadura militar. Sagrando-se vencedor, é eleito o primeiro presidente civil após o fim do regime autoritário. Porém, por motivos de saúde, é impedido de tomar posse e falece no dia 21 de abril de 1985.

Em 1987 e 1991, Aécio Neves disputa a primeira legislatura pelo estado de Minas Gerais, sendo eleito deputado federal pelo PMDB. Posteriormente, em meados de 1989/1990, se filia ao PSDB. E é eleito para a câmara dos deputados por três mandatos seguidos 1991 a 1995, 1995 a 1999 e 1999 a 2002. Em 2001/2002 exerceu o cargo de Presidente da Câmara. Mais tarde, foi governador pelo estado de Minas Gerais por dois mandatos: de 2003 a 2007 e de 2007 a 2010.

Segundo dados do TSE, nas eleições de 2002, Aécio Neves – PSDB foi eleito governador de Minas Gerais no seu primeiro mandato com 5.282.043 votos, correspondente a 57,68% votos válidos. Em segundo lugar, ficou seu

principal concorrente, Nilmário Miranda – PT, com 2.813.857 votos, 30,73% votos válidos. Podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 02 - Resultado Eleição – (1º Turno) – Minas Gerais – Cargo (Governador) – Ano: 2002

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	5.282.043	57,68 %
NILMÁRIO DE MIRANDA	PT	2.813.857	30,73 %
NEWTON CARDOSO	PMDB	612.732	6,69 %
MARGARIDA LUÍZA DE MATOS VIEIRA	PSB	418.803	4,57 %
SEBASTIÃO CARLOS PEREIRA FILHO	PSTU	18.265	0,20 %
JOSÉ EUSTAQUIO GOMES DE FARIA	PCO	10.110	0,11 %
MARCOS AURÉLIO FLORES CARONE	PSDC	2.372	0,03 %

Fonte: TSE

Nas eleições de 2006, o candidato a governador, Aécio Neves foi reeleito, aumentando sua diferença em relação ao segundo colocado, o candidato Nilmário Miranda. O primeiro obteve 7.482.809 – 77,03% votos válidos, enquanto o segundo adquiriu 2.140.373 votos – 22,03 % votos válidos.

Tabela 03 - Resultado da Eleição – (1º Turno) – Minas Gerais – Cargo (Governador) – Ano: 2006

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	7.482.809	77,03 %
NILMÁRIO DE MIRANDA	PT	2.140.373	22,03 %
VANESSA PORTUGAL BARBOSA	PSTU	60.145	0,62 %
LUIS HENRIQUE DE OLIVEIRA RESENDE	PT do B	13.154	0,14 %
FÁBIO NOVAIS MAGALHÃES	PRONA	11.072	0,11 %
ROSANE MARIA CORDEIRO	PCO	6.593	0,07 %

Fonte: TSE

Aqui podemos ressaltar o termo que ficou rotulado no período de seu governo como governador de Minas Gerais: “Choque de Gestão”. O que corresponderia à uma lógica onde se gastaria menos com a máquina estatal para gastar mais com o cidadão. Foi uma forte evidência que o candidato marcou no seu mandato como governador. Contudo, neste período, Aécio antecipou sua saída como governador para concorrer às eleições ao senado, deixando assim, o estado nas mãos de seu vice - governador, Antônio Anastasia. Sendo que estes, eram colegas de partido, e que Anastasia era seu novo pupilo na política. Aécio Neves foi eleito o senador mais votado de Minas Gerais e, desde 2011, está no senado. No ano de 2013, alcança a presidência do PSDB e, no ano de 2015, foi reeleito para mais um mandato até 2017.

Segundo dados do TSE, nas eleições de 2010, o candidato ao senado Aécio Neves foi eleito com 7.565.377 votos, sendo o candidato mais bem votado em Minas Gerais, e o terceiro candidato eleito ao senado com maior número de votos em comparação aos demais candidatos eleitos. Ficando atrás dos dois candidatos eleitos ao senado de São Paulo: Aloysio Nunes, com 11.189.168 votos, e Marta Suplicy, com 8.314.027 votos, como podemos conferir adiante:

Tabela 04 - Resultado da Eleição - Minas Gerais - Cargo (Senador) - Ano: 2010

Candidato	Partido	(V) Votos Nominais
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	7.565.377
ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO	PPS	5.125.455
FERNANDO DAMATA PIMENTEL	PT	4.595.351
JOSE VIEIRA FILHO	PC do B	1.486.787
JOSE MIGUEL MARTINI	PHS	274.215
MARILDA TEREZINHA DA SILVA RIBEIRO FONSECA	PSOL	53.663
RAFAEL SALES PIMENTA	PCB	21.432
WALDEIR FERNANDES DA SILVA	PSOL	16.958
EFRAIM GOMES DE MOURA	PSTU	13.339
JOSÉ JOÃO DA SILVA	PSTU	6.794

Fonte: TSE

Tabela 05 - Resultado da Eleição - Brasil - Cargo (os 10 Senadores mais bem votados) - Ano: 2010

UF	Candidato	Partido	(V) Votos Nominais
SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO	PSDB	11.189.168
SP	MARTA SUPPLY	PT	8.314.027
MG	AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	7.565.377
MG	ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO	PPS	5.125.455
RJ	LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO	PT	4.213.749
RS	PAULO RENATO PAIM	PT	3.895.822
BA	WALTER DE FREITAS PINHEIRO	PT	3.630.944
RS	ANA AMELIA DE LEMOS	PP	3.401.241
BA	LIDICE DA MATA E SOUZA	PSB	3.385.300
RJ	MARCELO BEZERRA CRIVELLA	PRB	3.332.886

Fonte: TSE

Aécio Neves vivenciou no campo da política, até o momento, duas derrotas. A primeira foi em 1992, quando perdeu as eleições para a prefeitura de Belo Horizonte. Dando lugar para o candidato do Partido dos Trabalhadores, Patrus Ananias. E, pela segunda vez, no ano de 2014, quando perdia as eleições presidenciais, novamente para um integrante do PT, a candidata Dilma Rousseff.

Nas eleições do ano de 2014, o candidato Aécio Neves segue com a mesma sigla (PSDB) à presidência, tendo como vice em sua chapa, o senador eleito pelo estado de São Paulo, Aloysio Nunes. Correligionário do PSDB e com vasta experiência em atuação política parlamentar, cumprindo dois mandatos como deputado estadual (1983 – 1987), (1987 – 1991), como vice-governador de São Paulo (1991 – 1994). E, como deputado federal pelo mesmo estado por três mandatos (1995 – 1999), até aqui sendo parlamentar pelo PMDB, e, em diante, passando para o partido PSDB (1999 – 2003) e (2003 – 2007).

Aloysio Nunes foi eleito senador com uma votação expressiva no estado de São Paulo, com mais de 11 milhões de votos, o que corresponde ao senador mais bem votado em São Paulo (2011 – 2019). Além de atuação parlamentar, exerceu secretarias nos governos do PSDB em São Paulo; como Secretário de Transportes Metropolitanos (1991 - 1992 e 1993) e Chefe da Casa Civil do governo do estado, na administração do governador José Serra (2007 – 2010). Além disso, na esfera federal, no governo Fernando Henrique Cardoso, assumiu como Ministro Chefe da Secretaria da Presidência da

República (1999 – 2001), e foi também Ministro da Justiça nos períodos de 2001 a 2002.

Portanto, a escolha de Aloysio Nunes para ser o vice na chapa de Aécio, contemplava ampliar relações com os eleitores paulistas, estes que depositaram nas urnas uma votação expressiva para o senador Aloysio Nunes. E também para afastar quaisquer rumores de que havia um racha entre as alas do PSDB mineiro e do PSDB paulista, sendo o partido, liderado por José Serra e Geraldo Alckmin, ambos de São Paulo. Principalmente porque, como aponta SILVA (2011), nos bastidores para o lançamento da pré-candidatura para presidente dentro do PSDB, a escolha entre Aécio ou Serra, foi definida sem haver uma prévia sobre o candidato José Serra ter sido pré-candidato presidencial nas eleições anteriores, em 2010. Dessa forma, a relação entre as alas do PSDB mineiro e paulista ficaram estremecidas.

Não poderíamos afirmar que somente a contribuição do senador Aloysio Nunes influenciou na expressiva votação do presidenciável Aécio Neves no estado de São Paulo. Pois Aécio conseguiu uma popularidade acima do comum neste estado, mais que os próprios líderes paulistas. Pois, nem mesmo José Serra e Geraldo Alckmin, quando foram candidatos, atingiram a quantidade de votos que Aécio obteve em São Paulo (a que equivalem o 2º turno das eleições).

A seguir observamos alguns dados conforme fontes do TSE: nas eleições de 2010, no estado de São Paulo, o candidato José Serra, no 1º turno, obteve 9.524.050 votos; a candidata Dilma Rousseff teve 8.740.949 votos. No 2º turno, José Serra teve 12.308.483 votos, e sua adversária, Dilma Rousseff, obteve 10.462.447 votos.

Tabela 06 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (1º Turno) - Ano: 2010

Candidato	Partido	VotaçãoNominal
JOSÉ SERRA	PSDB	9.524.050
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	8.740.949
MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA	PV	4.865.828
PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO	PSOL	239.173
JOSÉ MARIA DE ALMEIDA	PSTU	17.584
JOSE MARIA EYMAEL	PSDC	14.684
JOSE LEVY FIDELIX DA CRUZ	PRTB	13.573
IVAN MARTINS PINHEIRO	PCB	7.324
RUI COSTA PIMENTA	PCO	3.134

Fonte: TSE

Tabela 07 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (2º Turno) - Ano: 2010

Candidato	Partido	Votação Nominal
JOSÉ SERRA	PSDB	12.308.483
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	10.462.447

Fonte: TSE

Segundo os dados do TSE, nas eleições de 2006, no estado de São Paulo, 1º turno Geraldo Alckmin obteve 54,20% dos votos válidos e Lula obteve 36,77% dos votos válidos. No 2º turno, houve uma posição crescente dos números do candidato Lula com 47,739% dos votos válidos. Porém, o candidato Geraldo Alckmin, mesmo perdendo as eleições no contexto geral, obteve mais votos que seu adversário no estado de São Paulo, no 2º turno, correspondendo a 52,261% dos votos válidos.

Tabela 08 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (1º Turno) - Ano: 2006

Candidato	Partido	(V) Votos Nominais	Votos Válidos
GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO	PSDB	11.927.802	54,20%
LUIZ INACIO LULA DA SILVA	PT	8.091.867	36,77%
HELOÍSA HELENA LIMA DE MORAES CARVALHO	PSOL	1.558.639	7,08%
CRISTOVAM RICARDO CALVACANTI BUARQUE	PDT	385.119	1,75%
ANA MARIA TEIXEIRA RANGEL	PRP	18.927	0,09%
JOSÉ MARIA EYMAEL	PSDC	15.710	0,07%
LUCIANO CALDAS BIVAR	PSL	10.979	0,05%

Fonte: TSE

Tabela 09 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (2º Turno) - Ano: 2006

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO	PSDB	11.696.938	52,261%
LUIZ INACIO LULA DA SILVA	PT	10.684.776	47,739%

Fonte: TSE

O que podemos observar é que o candidato Aécio Neves, tanto no 1º, quanto no 2º turno, obteve uma votação maciça em São Paulo. Bem acima de sua principal adversária, a candidata Dilma Rousseff. Como mostram os dados do TSE. No estado de São Paulo, no 1º turno, o candidato Aécio Neves obteve

44,2% dos votos válidos, quase o dobro de sua principal adversária (25,8% votos); Marina Silva, por sua vez, teve 25,09% dos votos. Entretanto, no 2º turno, o candidato Aécio Neves esticou essa diferença, contemplando 64,31% dos votos válidos, e Dilma Rousseff, 35,69 %.

Tabela 10 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (1º Turno) - Ano: 2014

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	10.152.688	44,2%
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	5.927.503	25,8%
MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA	PSB	5.761.174	25,09%

Fonte: TSE

Tabela 11 - Eleições Presidenciais no estado de São Paulo (2º Turno) - Ano: 2014

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	15.296.289	64,31%
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	8.488.383	35,69%

Fonte: TSE

Essa supremacia do candidato Aécio Neves em São Paulo está direcionada à boa avaliação que o eleitorado paulista considera dos governos de gestões dos psdebistas, tanto na esfera estadual, quanto municipal, e, somado a isso, está a má avaliação dos governos petistas no estado de São Paulo.

Seguiremos no próximo capítulo levantando e debatendo o contexto das eleições presidenciais de 2014, a partir da perspectiva (da derrota) do candidato Aécio Neves.

3.3 O clima de mudança e *slogan* trabalhado pelo PSDB e o número de candidatos presidenciais em 2014

O *slogan* trabalhado na campanha do candidato Aécio Neves foi: “MUDA BRASIL”, correspondendo a uma referência aos 12 anos de mandatos e

gestões presidenciais petistas. Sendo, 8 anos de governo Lula (2003 – 2007), (2007– 2011) e outros 4, de mandato da presidente Dilma (2011 – 2015).

Dessa forma, a logomarca surge com o objetivo de mudança, para que o Brasil mudasse a continuação deste governo, que já existe há 12 anos. Percebe-se que a tonalidade do *slogan* é uma referência também, talvez em maior escala no significado, das repercussões de corrupção e a previsões futuras, não muito favoráveis à instabilidade atual da economia brasileira. O discurso advém da ideia de sintetizar mudanças. O novo pode ser desejado em decorrência da durabilidade dos mandatos petistas. E coaduna-se, para além, com cautela quando o assunto são os programas sociais (o candidato a presidente pela oposição sempre referiu como válidos os avanços dos programas sociais e mantinha um discurso de que seriam aprimorados).

No entanto, podemos identificar que o *slogan* de mudança seria no sentido partidário, mudança dos desgastes, seja por corrupção, que assolou o governo petista por 12 anos à frente da presidência. Ou seja, pela cautela e tentativa de criticar os governos petistas, que estariam ligados para não perder os eleitores da classe média que conseguiram atingir esse patamar diante de políticas sociais expandidas nos governos petistas. O PSDB, com o discurso do novo, que, contudo, não conseguiu angariar com este *slogan* a mudança necessária para vencer as eleições. O discurso de mudança cairia nesta lógica; mudar o que está ruim e melhorar o que está bom.

O discurso persuasivo de uma campanha eleitoral é ficcional, de acordo com FIGUEIREDO *et al* (2000). Para convencer os eleitores, os candidatos desenvolvem argumentos e retóricas de um mundo atual possível e projetam o mundo futuro possível. “A estrutura dessa argumentação tem duas vertentes: o mundo atual está ruim, mas ficará bom ou o mundo atual está bom e ficará ainda melhor. A primeira vertente é típica da argumentação da oposição e a segunda da situação” (FIGUEIREDO, *et al*, 2000, p. 04).

O elemento ficcional no argumento é que “o bom mundo possível ainda não se realizou, e não há nada na lógica a partir da qual é deduzido que garanta a sua realização, enquanto que o mundo atual possível, seja o bom ou o ruim, é um constructo inferido do mundo atual real” (FIGUEIREDO *et al*, 2000, p. 04).

Portanto, os estudos de FIGUEIREDO *et al* (2000) demonstram os efeitos da comunicação e da propaganda política dentro de um pleito eleitoral. Ou seja, como os eleitores captam as mensagens veiculadas pelas campanhas e como são influenciados por elas. Avaliam se as motivações são de cunho psicológico, político e econômico na forma em que os eleitores aceitam ou rejeitam as táticas estratégicas das campanhas eleitorais.

A disputa eleitoral é uma disputa de estratégias de persuasão, avaliam FIGUEIREDO *et al* (2000). O embate configura-se na retórica das campanhas colocando para o eleitor a visão do candidato em relação ao mundo atual e suas proposições para o mundo futuro. Candidatos de situação tendem a dizer que o mundo atual está bom e no futuro ficará melhor e candidatos da oposição afirmam que ele está ruim e ficará bom.

Em situações dessa natureza, vimos, por implicação lógica, que aos oponentes restam apenas duas alternativas: abandonar o debate ou desqualificar a interpretação dominante. No jogo eleitoral, abandonar o debate significa reconhecer a derrota. Portanto, para campanhas competitivas só resta uma alternativa: desqualificar a interpretação dominante e tornar a sua interpretação prevalecente (FIGUEIREDO *et al*, 2000, p.17).

FIGUEIREDO *et al*, (2000) avaliam que as estratégias eleitorais da situação buscam exaltar “o mundo atual possível”, e a oposição busca repertório discursivo para desqualificar a visão do mundo oferecida pelo seu concorrente. Neste caso, pode-se pensar em colocar no discurso a exaltação de um mundo possível no futuro com a finalidade de rebater o concorrente, mostrando que ele não foi capaz de realizar um “mundo atual possível” e conseguinte “o mundo futuro possível” muito menos.

Em relação ao cenário eleitoral na esfera presidencial de 2014, de fato, a sociedade poderia estar clamando por um novo. Uma nova representação política, porém, a situação configurou novamente, na polarização entre PT e PSDB.

Todavia, houveram 11 candidatos em busca de um pleito nas eleições presidenciais de 2014. Desde o início da campanha, identificava-se que as eleições poderiam variar em maiores proporções em torno da candidatura de

Dilma Rousseff -“COLIGAÇÃO COM A FORÇA DO POVO” - PT/PMDB/PSD/PP/PR/PROS/PDT/PC do B/PRB e do candidato Aécio Neves, além destes, havia Eduardo Campos, com a coligação “UNIDOS PELO BRASIL” – PHS/PRP/PPS/PPL/PSB/PSL correndo por fora.

Contudo, com características de fatalidade e tragédia, esta eleição ficou marcada pela queda do avião deste candidato: Eduardo Campos. Que estava em viagem fazendo campanha eleitoral, o que acabou por acarretar a morte do candidato.

Com esse episódio, a candidata a vice-presidente da chapa de Eduardo Campos assume a titularidade e lança-se candidata: a então ex-senadora e ex-ministra Marina Silva. No começo, como nova candidata, Marina subitamente tomou a liderança nas pesquisas eleitorais, ultrapassando a posição que era da candidata Dilma Rousseff e deixando para trás, também, Aécio Neves. Porém, essa escalada não foi suficiente para chegar ao segundo turno. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso define a seguir a candidatura da Marina Silva, que, apesar de ter um início em alta, desenrolou-se em um declínio.

Quando começou a onda Marina eu disse: precisa avaliar se isso é vento, ventania ou tufão. Se for um tufão, acabou. Se for ventania, pode ser que vire vento (Fernando Henrique Cardoso em entrevista ao Estadão, 03 de outubro de 2014).

De acordo com o TSE, as eleições presidenciais de 2014 tiveram as seguintes votações no 1º turno: Dilma Rousseff com 41,59 % dos votos válidos, Aécio Neves 33,55% dos votos válidos. Estes dois primeiros aptos para irem ao segundo turno. Em terceiro lugar, apareceu Marina Silva com 21,32% dos votos válidos. Os demais, com votações pouco expressivas.

Segundo os dados do TSE, a candidata eleita Dilma Rousseff obteve, no 2º turno, 51,64 % dos votos válidos. Correspondendo à candidata eleita, com a menor margem de diferença em todos os pleitos eleitores. Corroborando assim, para que as eleições presidenciais de 2014 fossem as mais acirradas na história do Brasil, pós abertura política. O candidato Aécio Neves, que ficou em 2º lugar, obteve 48,36% dos votos válidos. Em outras palavras, o candidato do

PSDB que mais perto chegou de vencer as eleições, em comparação aos pleitos eleitorais presidenciais.

Tabela 12 - Resultado Eleições Presidenciais (1º Turno) - Ano: 2014

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	43.267.668	41,59%
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	34.897.211	33,55%
MARIA OSMARINA MARINA DA SILVA VAZ DE LIMA	PSB	22.176.619	21,32%

Fonte: TSE

Tabela 13 - Resultado Eleições Presidenciais (2º Turno) - Ano: 2014

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	54.501.118	51,64%
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	51.041.155	48,36%

Fonte: TSE

A partir dessas análises, adiante percorreremos a literatura concernente à Ciência Política no que diz respeito aos estudos sobre o partido do PSDB, e os desdobramentos da candidatura de Aécio a presidência em 2014.

3.4 O partido PSDB segundo a literatura da Ciência Política

Celso Roma (2002) aborda que, a origem do PSDB²⁰ surge a partir da insatisfação de alguns partidários pemedebistas e com a junção do PMDB em alas da direita, como o partido PFL. Também com distensões dentro do PMDB,

²⁰ Há poucas análises sobre os partidos políticos brasileiros do atual período democrático. Ainda mais escassos são os trabalhos que os abordam como uma estrutura organizacional. Com relação ao PSDB, partido cujo desempenho eleitoral o conduziu em pouco tempo ao preenchimento de vários cargos eletivos em todo Brasil, além de serem poucos os analistas que o tomaram como objeto de investigação, isto foi feito apenas tangencialmente (ROMA, Celso, 2002, p.1),

estas, referentes à discussão do sistema de governo: como parlamentarismo ou presidencialismo.

Isso ocorreu no período em que o Brasil era governado por José Sarney e pelo prazo de mais 1 ano de prorrogação do mandato de José Sarney (que acabou sendo de 5 anos) como presidente. Sendo a justificativa aparente a de que este, poderia se beneficiar com mais 1 ano de mandato.

Portanto, essa antipatia de alguns líderes do PMDB ao se aproximarem do PFL, fez desse, uns dos fatores de criação do PSDB. Contradizendo, no ano de 1994, com o próprio partido já fundado, o mesmo se aproximou do PFL, para então formar uma coalizão - quando o PSDB chegou à presidência. Nesse sentido, a definição de Roma é pertinente: “foi uma ação essencialmente pragmática, o que teria descaracterizado sua orientação ideológica” (ROMA, 2002, p. 1).

Dessa forma, a origem do PSDB pode ser explicada com maior consistência por sua orientação mais pragmático-eleitoral do que ideológica. Tratou-se da cisão de um grupo de deputados federais e senadores que acreditavam somente ter possibilidade de conquistar cargos no governo federal, principalmente a presidência da República, aproveitando-se do capital político acumulado pelo e no PMDB, mas por meio de outro partido. Nesse contexto, as lideranças peessedebistas apresentaram-se, na sua origem, com um discurso de centro-esquerda, diferenciando-se do governo José Sarney, do qual estavam excluídos, e da sua base de sustentação formada por parlamentares de centro-direita, filiados ao PMDB e PFL (ROMA, Celso, 2002, p. 3 e 4).

Outros fatores são apontados pelo o autor como influência da fundação do PSDB. Como o exemplo de que seria resultado de uma divisão de grupos do PMDB em São Paulo, deixando alas do PMDB paulistas sem espaço. E, também, baseados na força do Grupo Quercista²¹. A aproximação de grupos de João Leiva²² juntamente com o PFL, em busca de apoio à sua candidatura à

²¹ Orestes Quercia (1938-2010) foi político e uma das principais lideranças do PMDB em São Paulo.

²² João Leiva, político no estado de São Paulo, notabilizou-se quando concorreu à prefeitura de São Paulo, compondo apoio com o PFL e Jânio Quadros. Porém foi insuficiente para vencer as eleições de 1988 pelo PMDB, para a prefeitura de São Paulo.

prefeitura de São Paulo, também foi o estopim para a distensão do PMDB em PSDB. Alegaram o grau conservador como princípio desta aproximação entre PMDB e PFL²³.

A premissa teórica a ser seguida é a de que o modelo de organização partidária tem peso fundamental no processo de tomada de decisão das lideranças e que, no caso do PSDB, muito de sua evolução pode ser entendido a partir da análise de sua origem e de sua estrutura organizacional (ROMA, 2002, p. 1).

ROMA (2002) afirma que o PSDB teve sua criação no ano de 1988. Tendo entraves de políticos do PMDB, o qual se titulava ala progressista, e a esquerda do partido. A tensão que o autor observa é que, mesmo o PSDB se intitulado como partido da socialdemocracia, este, diferente de partidos socialdemocratas europeus, em seu início, não estava ligado aos sindicalistas, às massas. No primeiro momento, o PSDB apareceu no Brasil como um partido de Quadros, onde havia políticos que já exerciam mandatos no legislativo, senado. Um partido expresso por parlamentares.

Todavia, Celso Roma ainda afirma que existem discussões que desconsideram o início do PSDB. Pelo simples fato de haver discórdia entre a aproximação do espectro de direita do PMDB com o PFL. Demonstrando que, quando o PSDB chegou ao poder federal, se aproximou novamente do PFL e do PMDB. Estes partidos, nesse momento, deram sustentação para coalização ao PSDB. Postura criticável, já que essas duas forças, PMDB e PFL, apoiaram a ementa de reeleição. Aquela que proporcionou a fragmentação, quando antes, o PSDB foi contrário à permanência de 01 ano além do mandato de Sarney. Por esses caminhos, o autor identificou que o PSDB, após sua fundação, coligou-se majoritariamente aos partidos de direita, e já quando foi fundado, defendia causas opostas a essas ideologias.

Entretanto, o autor constata que, no Governo Sarney, atribuíram-se poucos espaços aos membros fundadores do PSDB no governo. Na época, para aqueles que estavam no PMDB, haviam pouco espaço na esfera presidencial. Via de regra, mencionaram fundação de um partido que

²³ Ver estudos de LAMOUNIER (1989).

aproveitasse o lado centrista dos eleitores. Acreditando ser uma explicação para evidenciar o PSDB no cenário nacional.

Nesse caso, uma vez constatado que a única forma viável de acesso ao governo federal seria por meio de outro partido que não o PMDB, a estratégia adotada para a fundação do PSDB levou em consideração a abertura de um nicho de mercado eleitoral, aproveitando a massa de eleitores que se identificavam com o centro, mas que, àquela altura, rejeitavam o governo Sarney. Assim, a insatisfação dos eleitores quanto à atuação do PMDB no governo e no Congresso Nacional, agravada com a atitude do partido na aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney, abria um mercado eleitoral para a atuação de um novo partido que, em contrapartida, congregasse a ala mais progressista do PMDB, buscando preservar a posição ideológica de centro, e que, estrategicamente, compartilhasse o descontentamento dos eleitores em relação à atuação do governo (ROMA, Celso, 2002, p. 3).

Segundo o autor, os motivos pelos quais o PSDB chegou a conquistar cargos eletivos e alianças eleitorais em torno do Estado Federal, apresentam-se na forma como o partido se organizou “(1) pouca instância de vetos, fazendo que o poder girasse em torno das lideranças; (2) autonomia aos diretórios locais²⁴” (ROMA, 2002, p. 4).

Para Celso Roma, o PSDB, quando assume a presidência e passa a se sustentar no governo federal, se volta para o seguimento centro/direita no espectro da política - transpassando seu elo de fundação de centro-esquerda, para centro/direita, e afastando-se, dessa maneira, da socialdemocracia. E isso se deve, ao preço de se manter a governabilidade. Ou seja, manter aliança com o PFL, ter uma postura voltada ao mercado, ao neoliberalismo, por exemplo.

Os primeiros programas eleitorais do PSDB no período de 1988, contemplavam aspectos de um partido de centro/esquerda e também de um partido com preceitos econômicos voltados ao liberalismo. Com menções à “justiça social, distribuição de renda, soberania nacional, emprego e reforma

²⁴ O primeiro congresso em âmbito nacional, com representação de todos os diretórios estaduais, ocorreu somente em 1998. Além disso, a participação de militantes foi inexpressiva em todos esses eventos (ROMA, 2002, p.8).

agrária, desregulamentação da economia, abertura econômica ao capital estrangeiro, privatização das empresas estatais” (ROMA, 2002, p.4).

Nesse programa, a intenção declarada era a de romper com o caráter nacionalista e estatizante que caracterizava a feição do Estado brasileiro desde o governo Vargas na década de 1930. As principais diretrizes definidas para nortear um futuro governo seriam a ênfase na estabilidade monetária como condição antecedente para o crescimento econômico e a alternativa do mercado para suplantar o modelo nacional desenvolvimentista centrado no Estado (ROMA, Celso, 2002, p.4).

As propostas de discussões sobre desigualdade social e pobreza seriam canalizadas com devido tempo, onde a estabilidade econômica estivesse mantida. Assim, considerava que este era mecanismo eficaz para encerrar dois problemas que pontuavam como perigosos: “crise fiscal e patrimonialismo”. De um lado, conforme mostra o autor, o PSDB tem alas que se dizem socialdemocratas centro/esquerda, e também, alas de tom mais liberal, de centro/direita.

ROMA (2002), mostra um crescimento do PSDB em cargos públicos do período de 1988 a 2000, com aumento de governadores eleitos, prefeitos, e cadeiras no Congresso Nacional.²⁵

Na sua primeira participação em eleições, em 1988, o PSDB alcançou oito prefeituras e 214 cargos de vereadores. Em 1990, elegeu um governador e seus primeiros representantes eleitos junto ao Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas. Em 1992, o partido aumentou o número de prefeitos de dezoito para 274, e de vereadores filiados, de 214 para 3274. Em 1994, o PSDB alcançou a presidência da República, seis governos estaduais e conquistou o segundo maior número de cadeiras no Congresso Nacional. Em 1996, o partido conquistou 914 prefeituras e fez 8366 vereadores. Em 1998, reelegeu o presidente da República, elegeu sete governadores e aumentou substancialmente a sua bancada no legislativo. Se a reeleição for tomada como indicador de capacidade de manutenção de um partido no governo, o desempenho do PSDB é

²⁵Ver em tabela 3, 4, 5 e 6 – DATAUNB – Instituto Teotônio Vilela e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), citado por ROMA, Celso, 2002, p. 11, 12 e 13.

alentador. Em 1998, o presidente Fernando Henrique reelegeu-se; dos seis governadores, quatro se reelegeram. Na eleição municipal de 2000, o PSDB é o partido com maior número de prefeitos reeleitos (ROMA, Celso, 2002, p. 11).

A partir desses argumentos, podemos concluir que o PSDB, mesmo chegando à presidência, e tendo lá ficado por 8 anos (1994 – 2002), apresenta pouca organização no interior do partido. O que corresponde a um ponto favorável para que o PSDB conseguisse agregar suas lideranças nos principais centros específicos de São Paulo. E isso tornou-se eficiente para que o partido modernizasse seu modelo de governar nos estados e conseguisse ganhar eleições ligadas ao Congresso Nacional. Contudo, a ressalva é que o PSDB não se aproximou dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada, fazendo com que seus líderes tivessem liberdade de tomar decisões sem se apresentar, ou representar, a base da sociedade civil.

A conclusão possível de ser deduzida é a de que a fraca organização partidária do PSDB favoreceu a tomada racional de decisão de suas lideranças, produzindo maior eficiência eleitoral e maior capacidade governamental. Mantendo fracos vínculos com a sociedade civil, demonstrada pela origem exclusivamente parlamentar e pela falta de articulação e organização dos interesses de associações representativas, suas lideranças podem atuar na arena governamental e na competição eleitoral com maior autonomia decisória (ROMA, 2002, p. 17).

De acordo com MAYER (2009), é importante perceber o crescimento do PSDB após a chegada de seu correligionário à presidência, Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Onde o partido ampliou seus quadros nos Estados, prefeituras, ampliando o número de congressistas eleitos.

E, atualmente, o PSDB é um dos maiores partidos do Brasil, configurando-se desde então, com o PT, como os principais partidos que duelam em pleitos eleitorais, de 1994 a 2014. Além disso, articula-se com o PMDB, em termo de força partidária.

Portanto, é interessante observar, a partir da literatura da Ciência Política, o contraste dos motivos que levaram à fundação do PSDB, realçando

pontos opostos, que o próprio partido colocou em prática quando assumiu a presidência.

4.0 FATORES QUE LEVARAM À DERROTA DO CANDIDATO PRESIDENCIÁVEL AÉCIO NEVES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

4.1 Articulações do PSDB e números eleitorais em Minas Gerais

Discutiremos a seguir, aspectos da gestão e articulações do partido do PSDB em Minas Gerais. De acordo com o cientista político Rudá Ricci, o que faltou ao PSDB mineiro foi ter uma consolidação no âmbito do interior do estado. Isto é, havia pouca representação do partido nas prefeituras nos interiores de Minas Gerais, principalmente nas cidades polos. Rudá Ricci aponta que na eleição para Governador no ano de 2006, o então candidato Aécio Neves venceu nas 46 cidades polos de Minas Gerais. Portanto, segundo esse dado, houve uma queda na eleição seguinte, onde o candidato da mesma sigla ao governo de Minas Gerais, Antônio Anastasia, perdeu votações em 10 cidades polos. Nesse sentido, houve também uma perda do poderio do PSDB nos municípios de Minas Gerais, pois elegeu poucos prefeitos do partido ou daqueles que coligavam com o PSDB nas eleições presidenciais de 2014 ²⁶.

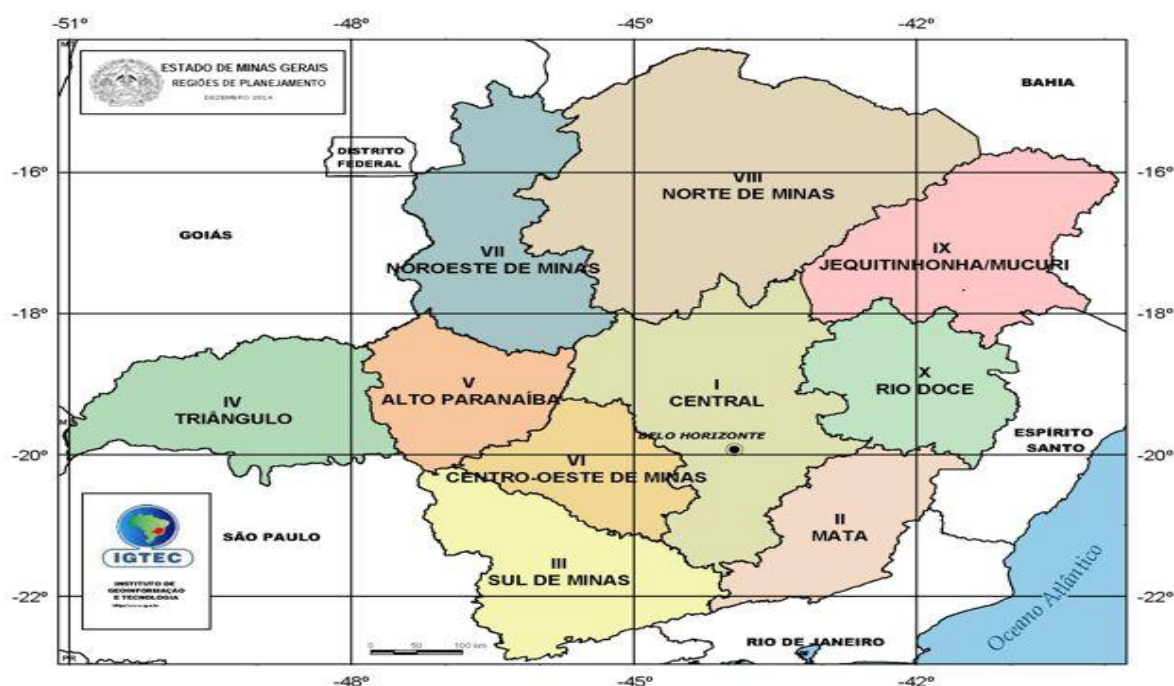
É uma referência político-administrativa da Secretaria de Planejamento de Minas e faz com que esses locais concentrem serviços públicos e privados. Essas cidades passam a ter uma liderança em termos de voto e influenciam sua região. Você entende melhor o estado de Minas se compreender o comportamento dessas cidades – polo. Em 138 cidades disputadas analisadas, três em cada cidade polo, o partido não

²⁶ Percebe-se, a transição do PMDB – MG, foi o partido de base nos dois mandatos do governador Aécio Neves. Contudo, passou a ser oposição quando Antônio Anastasia assumiu o governo do estado, e, na última eleição estadual coligou com o PT. Chama a atenção, é a relação coligacional que o governador Aécio teve com alguns prefeitos do interior de Minas que eram do PMDB e depois, essas lideranças fizeram apoio em sua maioria na última eleição ao PT coligação firmada pelo PMDB – MG.

obteve mais do que 10 vitórias (Cientista Político Rudá Ricci em entrevista ao Estadão, 22 de setembro de 2015).

De acordo com o governo de Minas Gerais, este estado possui uma divisão territorial que contempla 10 regiões de planejamento. Correspondendo a: Alto Paranaíba, Central, Centro-Oeste de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, Mata, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Rio Doce, Sul de Minas e Triângulo. E, em cada uma destas regiões, há peculiaridades diversas e diferentes municípios polos. Como por exemplo, regiões com influência do agronegócio, regiões industriais, regiões de mineração, regiões metropolitanas próximas a capital do estado; regiões com divisas com outros estados, e ainda, regiões que apresentam discrepância nos indicadores sociais, como Norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri.²⁷

MAPA 01 – Regiões de Planejamento do Estado de Minas Gerais



Fonte: Governo de Minas Gerais

²⁷ Minas Gerais possui ao total 853 municípios. Em cada região de planejamento há certos números de municípios: Alto Paranaíba (31), Central (158), Centro-Oeste de Minas (56), Jequitinhonha/Mucuri (66), Mata (142), Noroeste de Minas (19), Norte de Minas (89), Rio Doce (102), Sul de Minas (155) e Triângulo (35).

Percebe-se, no entanto, ainda segundo explicitações de Rudá Ricci, que os partidos aliados do PSDB conseguiram mais prefeituras do que o próprio partido, como exemplo dos partidos PP e DEM. Dessa maneira, reafirma que faltou ao candidato presidencial Aécio Neves, ter dado peso ao PSDB nos interiores de Minas Gerais, quando este, exerceu cargo de governador do estado. O PSDB tornou-se um partido coadjuvante quando preferiu fazer parcerias com suas coligações, deixando-os de pleitear e assumir cargos de prefeituras. Desta forma, a base do candidato Aécio Neves em Minas Gerais não era seu partido, o PSDB, e sim, os partidos de coligações como o PP e o DEM.

O PSDB teve e tem presença forte em Minas, mas, não tem e nunca teve o objetivo de ter hegemonia. Não seria adequado nessa relação pluripartidária, que é a realidade brasileira (Domingos Sávio²⁸ em entrevista ao Estadão, 22 de setembro de 2015).

Líderes do PSDB²⁹ mineiro avaliaram esta tática de seu partido, sendo formada desde quando o candidato Aécio Neves se tornou governador de Minas Gerais, prática decorrente de uma “tradição” desde os anos de 1990 em Minas. Porém, ressalta-se que em São Paulo a tática do PSDB é bem diferente. Lá, eles conseguiram aspergir o PSDB como partido de “cabeça de eleição”, onde o partido se consolidou ao disputar as eleições municipais nos interiores do estado e conseguiu fazer prefeituras.

Em 2004, foram 13 vitórias dos aliados e 10 do PSDB. Já em 2008, os aliados conquistaram 14 prefeituras e os tucanos apenas nove. Na última disputa municipal (2012) foram 16 vitórias ao todo: oito do PSDB e oito dos aliados. Em nenhum caso o PSDB manteve uma prefeitura por três mandatos. De 2004 a 2008 o PSDB só manteve Unaí. De 2008 a 2012, só Divinópolis. Aécio está pagando nesse momento em Minas por não ter jogado mais peso sobre o PSDB (Cientista Político Rudá Ricci em entrevista ao Estadão, 22 de setembro de 2015).

²⁸ (Domingos Sávio atual presidente do PSDB em Minas Gerais, em entrevista ao Estadão, 22 de setembro de 2015).

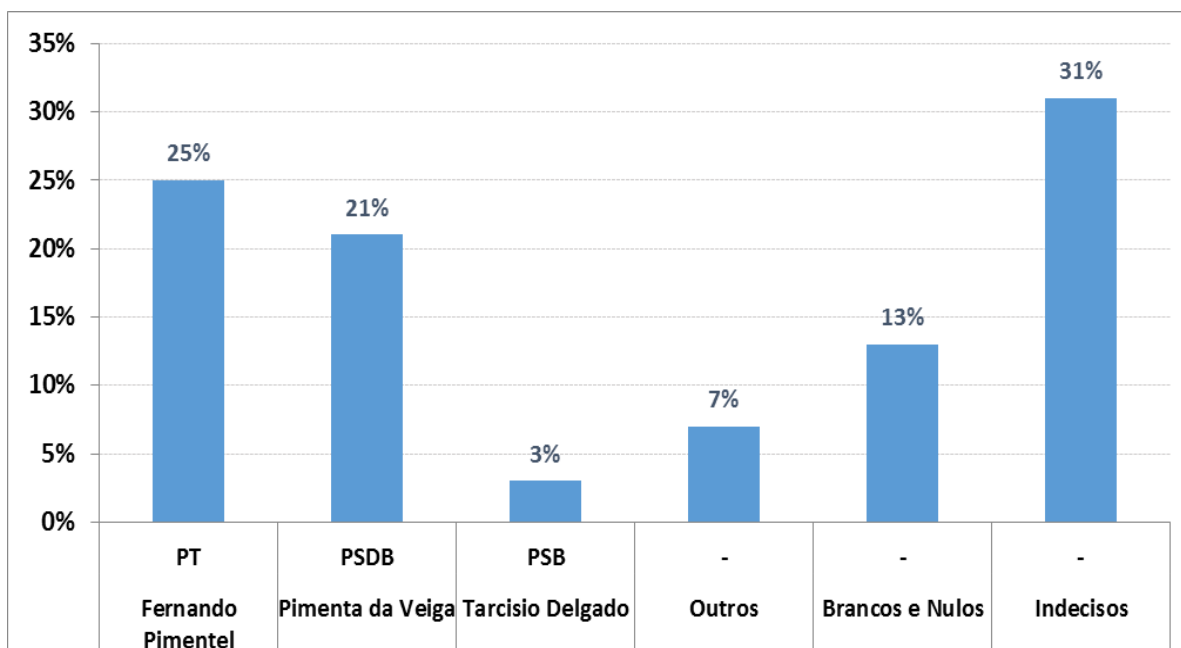
²⁹ (Marcus Pestana ex-presidente estadual do PSDB – MG, em entrevista ao Estadão, 22 de setembro de 2015).

Há, por conseguinte, algumas alas do PSDB mineiro que pontuam que a derrota do candidato Aécio Neves a eleição presidencial se deu em decorrência da demora do partido em lançar um nome para pleitear a candidatura ao governo de Minas Gerais. E, que, além disso, posteriormente, esta candidatura não deslanchou.

Neste contexto, o candidato ao governo do estado de Minas Gerais pelo PSDB era Pimenta da Veiga. Natural de Belo Horizonte, Veiga já tinha sido prefeito da mesma cidade no período de 1988 a 1992. Foi presidente do PSDB nacional logo no início do primeiro governo presidencial do PSDB. Foi Ministro das Comunicações no governo Fernando Henrique Cardoso (1998 a 2002), e deputado federal por Minas Gerais (1999 a 2003). Posteriormente, esteve um período afastado da política, e no ano de 2014, retorna como candidato a governador do seu estado. Sua coligação correspondia aos seguintes temas e partidos: “Todos por Minas” (PSDB/PP/DEM/PSD/PTB/PPS/PV/PDT/PR/PMN/PSC/PSL/PTC/SD).

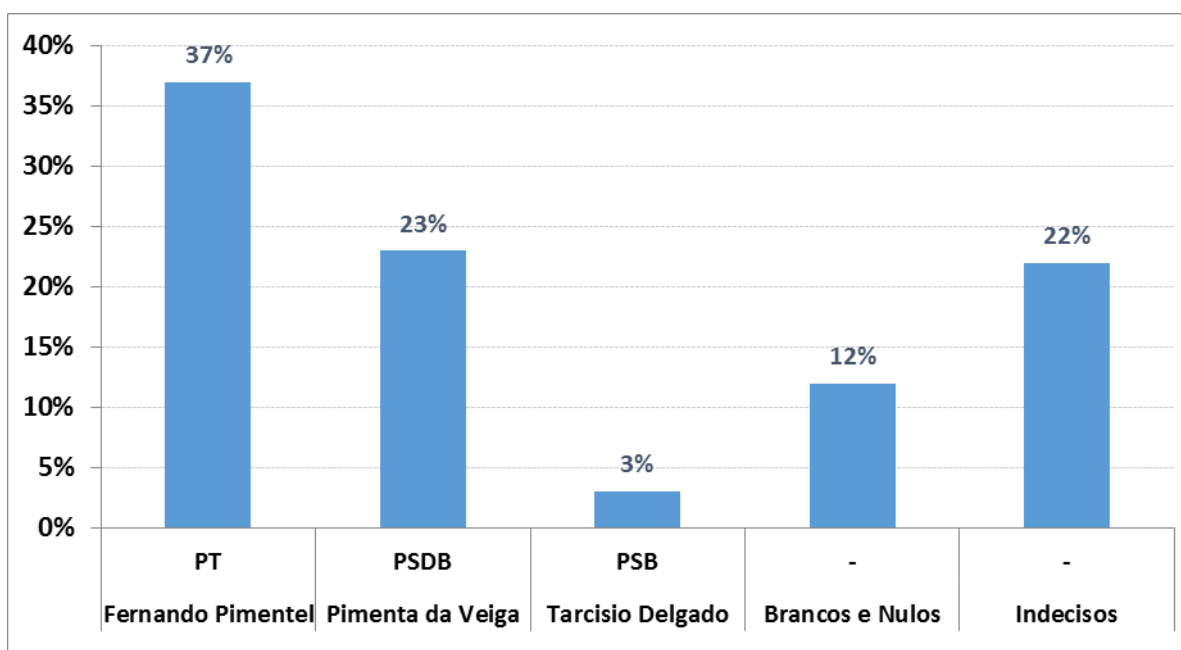
Todavia, sua candidatura não alavancou crescimentos, segundo as pesquisas de intenção de voto do IBOPE, divulgada em 30 de julho, início de campanha. Pimenta da Veiga estava com 21% das intenções de voto, e seu principal adversário, Fernando Pimentel – PT, estava com 25%. Já em 26 de agosto, Pimentel – PT estava com 37% e Pimenta da Veiga 23%. Logo, em 16 de setembro, o candidato petista contemplava 43%, contra 23% de Pimenta da Veiga. E por último, em 23 de setembro, Fernando Pimentel marcava 44% das intenções de voto e Pimenta da Veiga 25%.

Gráfico 01 – Pesquisa de intenção de voto para Governador de Minas Gerais – Eleições de 2014 (1º Turno) - Julho



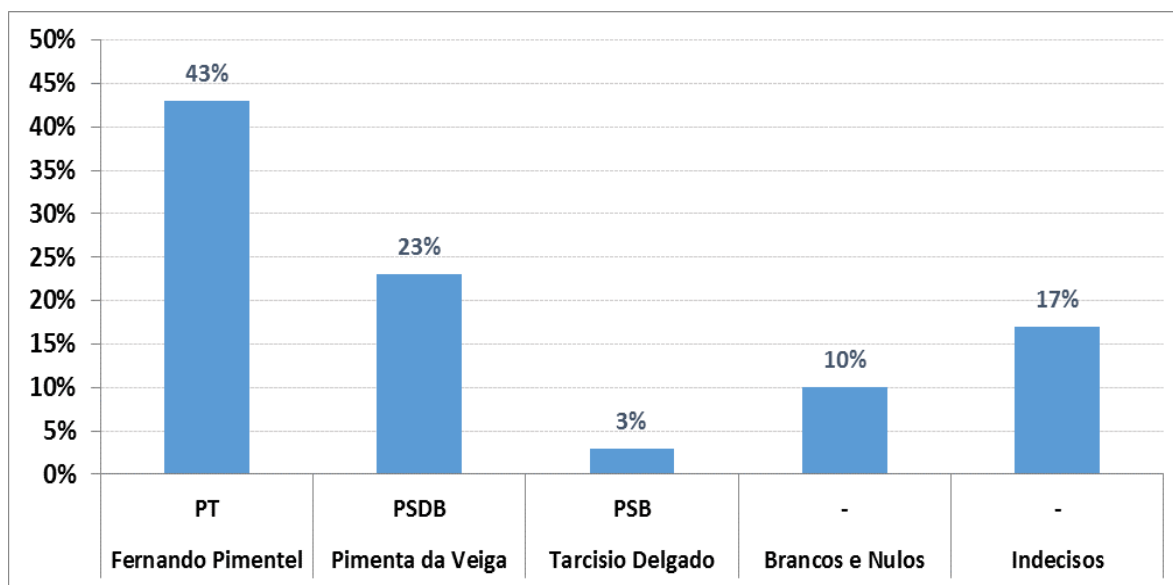
Fonte: IBOPE

Gráfico 02 – Pesquisa de intenção de voto para Governador de Minas Gerais – Eleições de 2014 (1º Turno) - Agosto



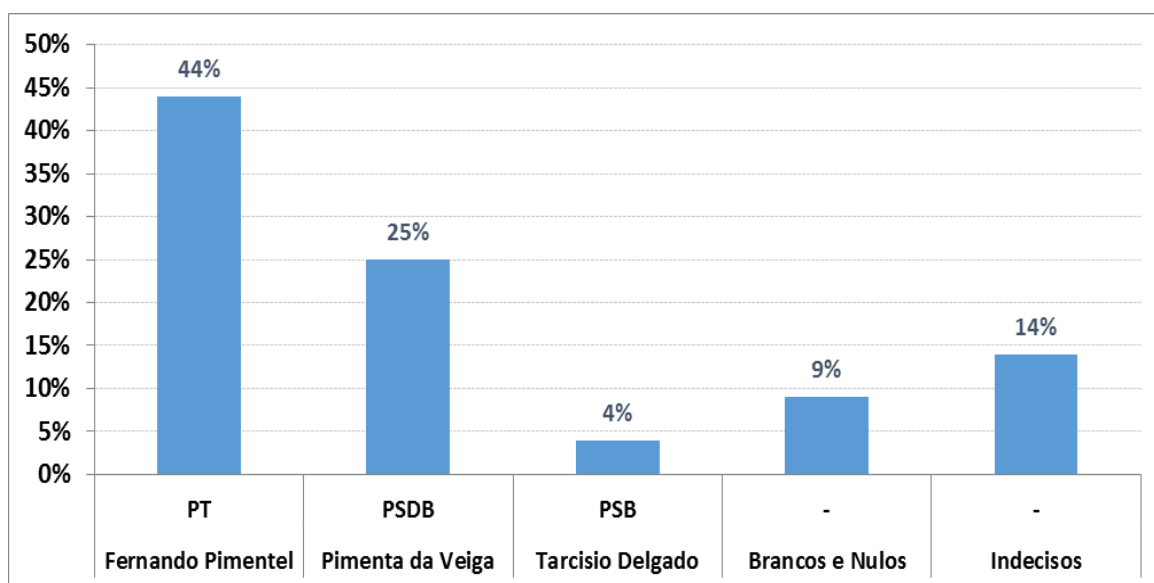
Fonte: IBOPE

Gráfico 03 - Pesquisa de intenção de voto para Governador de Minas Gerais – Eleições de 2014 (1º Turno) – 16 de setembro



Fonte: IBOPE

Gráfico 04 - Pesquisa de intenção de voto para Governador de Minas Gerais – Eleições de 2014 (1º Turno) – 23 de setembro



Fonte: IBOPE

Portanto, a candidatura do seu adversário, Fernando Pimentel, com as intenções de voto, foi se fortalecendo nas pesquisas; e o próprio Pimenta da Veiga, foi estagnando e mantendo teto máximo de 25% das intenções de voto até o dia 23 de setembro. Pimenta da Veiga se forjava por ser um candidato muito ruim, pois não conseguia sair-se bem nos debates, estava fora da política há alguns anos - algo que muito influenciou, por ele ser um candidato sem traquejo suficiente e com pouca convivência junto ao eleitor. Nem a liderança mais fluente no estado, no caso me refiro ao candidato Aécio Neves, conseguiu transferir votos para Pimenta da Veiga. Caso específico, pois a transferência de votos foi algo recorrente que Aécio Neves proporcionou para o candidato a governador na época (2010), Antônio Anastasia. Que apesar de começar sua campanha bem abaixo, engrena nas restas finais e ultrapassa seu principal concorrente, Hélio Costa - PMDB.³⁰

Escolheram um candidato muito fraco. Pimenta da Veiga estava afastado da política estadual e ele (os tucanos) se esqueceram que 600 novos prefeitos em 853 municípios mineiros foram eleitos em 2012. Aécio ficou sem palanque em Minas Gerais (Cientista Política Helcimara Telles, em entrevista ao UOL – eleições 2014, 29 de outubro de 2014).

De acordo com dados do TRE–MG, a eleição para governador em 2014, neste estado, foi definida no primeiro turno, com o candidato do PT – Fernando Pimentel eleito. Arrecadando 5.362.870 votos, ou 52,98%. Em seguida, o candidato Pimenta da Veiga alcança 4.240.706 votos, ou 41,89%.

³⁰ Segundo os dados do Datafolha, no que se refere as intenções de votos nas eleições para candidatos a governador de Minas Gerais no ano de 2010, o candidato Hélio Costa - PMDB começou a campanha tendo intenções de votos em torno de 44%, ficou oscilando entre este número e 43%, até chegar aos 40% no mês de setembro. Contudo, o candidato Antônio Anastasia, começou a intenção de votos com 18%, 17%, e obteve um crescimento para 29%, até chegar aos 35% no mês de setembro. A pesquisa demonstrou o crescimento do candidato Antônio Anastasia como influência do ex-governador Aécio Neves e atual candidato ao senado, ou seja, a maioria dos entrevistados que confirmaram em votar em Aécio Neves, afirmaram também, votar em Antônio Anastasia. Desta maneira, 25% dos eleitores de Aécio ao Senado confirmou votar em Anastasia. Estes dados tiveram variação, logo, chegou a 23%, 38% e 46%. Um aumento considerável, provando a transferência de voto do candidato Aécio para Anastasia. Entretanto, Antônio Anastasia conseguiu superar seu adversário, conforme mostra o TRE - MG, e sagrou-se eleito governador de Minas Gerais, ainda em 1º turno, com 6.275.520 votos, Hélio Costa - PMDB conseguiu 3.419.622 votos.

Tabela 14 - Resultado Eleições para Governador no estado de Minas Gerais (1º Turno) - 2014

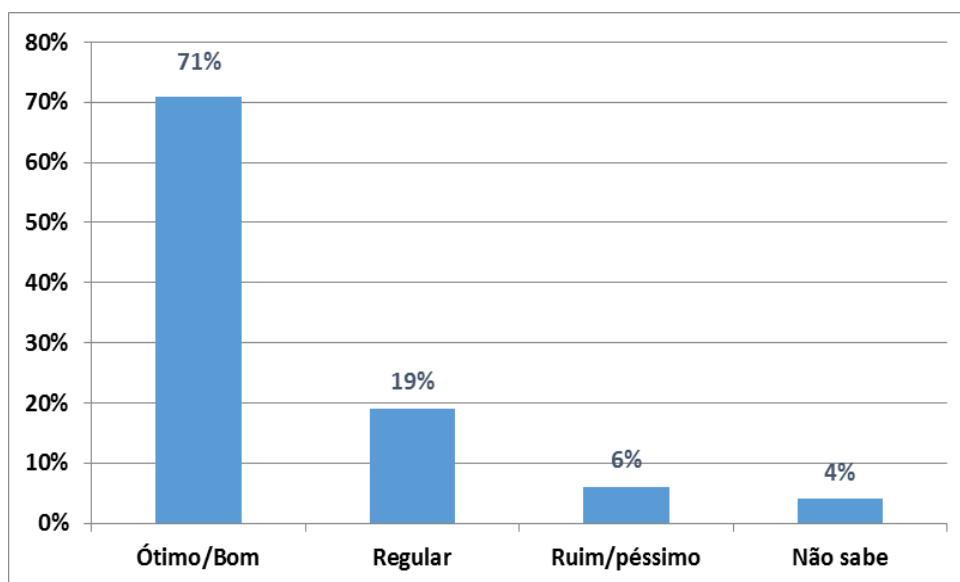
Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
FERNANDO DAMATA PIMENTEL	PT	5.362.870	52,98%
JOÃO PIMENTA DA VEIGA	PSDB	4.240.706	41,89%

Fonte: TRE - MG

Segundo o Cientista Político Carlos Ranulfo, nesse caso, não foram suficientes as boas aprovações que Aécio Neves teve em Minas Gerais, desde quando foi governador, saindo com aprovações elevadas perante a opinião pública no estado. E mais tarde, tendo esta aprovação confirmada na expressiva votação que teve no estado para Senador da República.

Segundo o instituto de pesquisa Datafolha, o governador pelo estado de Minas Gerais, Aécio Neves correspondeu a 71% de aprovação, pesquisa realizada no seu segundo mandato como governador (4 anos e três meses).

Gráfico 05 – Avaliação do Governador Aécio Neves – PSDB - (2007)



Fonte: Datafolha

De acordo com o politicólogo Carlos Ranulfo, define-se a gestão de Anastasia (2011 a 2014) como frágil, com ausência de políticas públicas, com perda de sustentações importantes no interior do estado, como prefeituras, vereadores - estas que sempre foram as bases do candidato Aécio Neves.

Houve uma má gestão no segundo governo de Anastasia, entre 2011 e 2014 e os tucanos foram perdendo folego político entre prefeitos, vereadores e lideranças intermediárias, principal base de sustentação política de Aécio no Estado (Cientista Político Carlos Ranulfo em entrevista ao UOL – eleições 2014, em 29 de outubro de 2014).

A questão foi um governo tucano ruim mesmo. Com dívidas acumuladas, sem dinheiro em caixa, sem programas e políticas públicas. E o PT soube utilizar no segundo turno, a derrota do candidato tucano no primeiro turno. A diferença entre Dilma e Aécio no primeiro e segundo turno (cerca de 400 mil e 500 mil votos) foi mais ou menos a mesma (Cientista Político Carlos Ranulfo em entrevista ao UOL – eleições 2014, em 29 de outubro de 2014).

Em Minas Gerais, segundo dados do TRE-MG, no 2º turno da eleição presidencial de 2014, a candidata Dilma Rousseff obteve 5.979.422 votos, correspondendo a 52,41% dos votos. Uma votação maior do que a do seu adversário, o candidato Aécio Neves: 5.428.821 ou 47,59% dos votos. E em relação ao primeiro turno, a candidata Dilma Rousseff também obteve certa vantagem em relação a seu principal adversário no estado de Minas Gerais. Dilma Rousseff 4.829.513 - 43,48% e Aécio Neves 4.414.452 – 39,75%.

Tabela 15 - Eleições Presidenciais no estado de Minas Gerais (1º Turno) - Ano: 2014

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	4.829.513	43,48%
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	4.414.452	39,75%

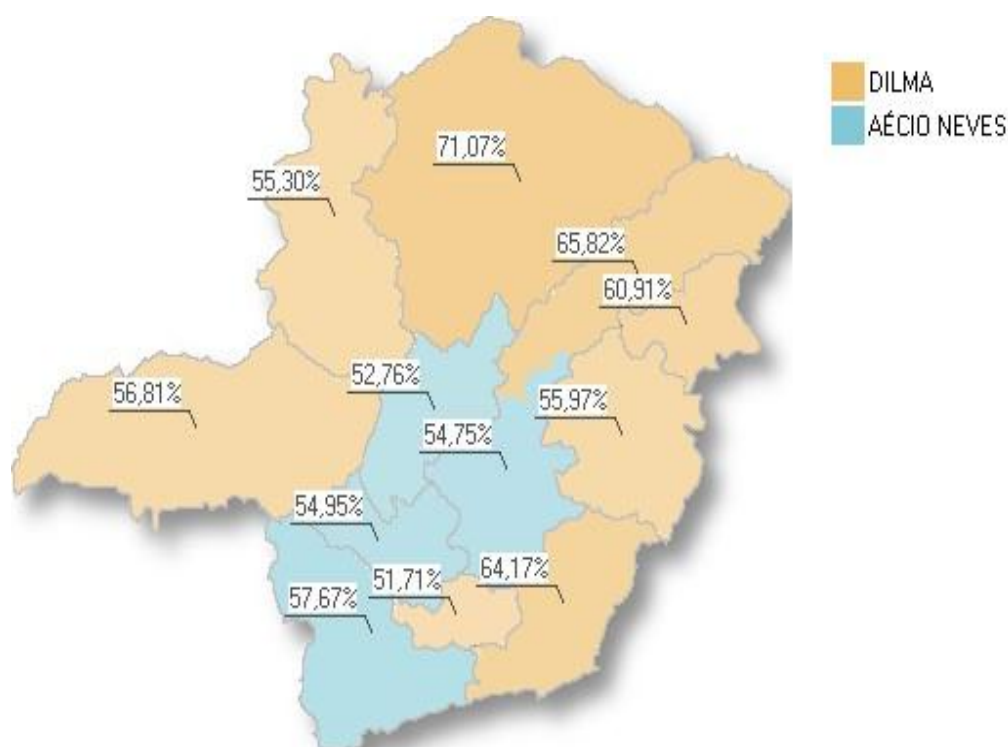
Fonte: TRE - MG

Tabela 16 - Eleições Presidenciais no estado de Minas Gerais (2º Turno) - Ano: 2014

Candidato	Partido	Votação Nominal	Votos Válidos
DILMA VANA ROUSSEFF	PT	5.979.422	52,41%
AÉCIO NEVES DA CUNHA	PSDB	5.428.821	47,59%

Fonte: TRE - MG

MAPA 02 - Maiores votações por messorregiões estado de Minas Gerais - 2º turno eleições presidenciais 2014.



Fonte: TRE - MG - 2014.

De acordo com o mapa, identificamos as regiões que os candidatos tiveram melhor performance no que equivale ao 2º turno das eleições presidenciais de 2014 no estado de Minas Gerais.

Na região Noroeste de Minas, a candidata Dilma Rousseff ganhou com votação superior à de seu adversário, obtendo 55,30% dos votos, contra 44,70% dos votos do seu oponente. Em seguida, na região Norte de Minas, teve uma votação bem expressiva, a maior em relação a todas regiões, e onde

largou com muita distância em relação a seu concorrente. Adquirindo 71,01% dos votos, contra 28,93% dos votos de Aécio Neves. Na região do Jequitinhonha, Dilma teve uma votação parecida referente a região anterior, desta vez, manteve uma votação superior, mais da metade dos votos do presidenciável Aécio Neves, adquirindo 65,82% dos votos, contra 34,18% dos votos de Aécio.

Na região do Vale do Mucuri, próximo a Jequitinhonha, Dilma Rousseff manteve a superioridade, porém, reduziu a disparidade em relação a seu oponente. Obteve 60,91% dos votos, contra 39,09% dos votos do candidato a oposição. Já na região Vale do Rio Doce, a candidata teve 55,97% dos votos, e seu adversário conseguiu 44,03% dos votos. Segundo dados do TRE-MG, juntando as duas regiões: a do Triângulo Mineiro e o Alto Paranaíba, a candidata à reeleição permaneceu-se a frente do seu oponente, com 56,81% dos votos, contra 43,19% em relação ao candidato Aécio Neves.

Na região da Zona da Mata, a candidata Dilma Rousseff, novamente garantiu-se em posição de destaque em relação a seu opositor, obtendo 64,17% dos votos versus 35,83% do candidato a oposição. Na região de Campo das Vertentes, a hegemonia da candidata presidenciável pelo PT se mantém, enquanto obteve 51,71% contra 48,29% de Aécio.

Em referência ao “aninhamento” citado por MELO (2010a), mencionado no primeiro capítulo, percebemos que nas eleições de 2014 faltou “aninhamento” entre o presidenciável Aécio Neves e seu candidato. Que apoiava a mesma sigla partidária ao governo do estado de Minas Gerais. Outra hipótese levantada é que a candidatura de Pimenta da Veiga não foi possível alavancar a candidatura do presidenciável Aécio Neves no estado de Minas, e vice-versa. Muito pelo contrário, as baixas intenções de votos do candidato ao governo de Minas Gerais acabaram solapando de certa maneira, a derrota do presidenciável Aécio Neves no estado de Minas Gerais.

Também podemos analisar, por parte de seu grupo político, o partido do PSDB, uma certa fadiga pelo fato de estar à frente governando o estado de Minas Gerais a 12 anos. Com os mandatos de Aécio Neves - PSDB entre 2003 a 2007, 2007 e 2010, e Antônio Anastasia - PSDB, sendo seu vice-governador.

Com o afastamento de Aécio para disputar as eleições do Senado, o Vice-Governador, Anastasia, assume o Governo de Minas no período de 2010 a 2011. E com novas eleições, no período de 2010, Antônio Anastasia é eleito governador de Minas Gerais para o mandato de 2011 a 2015.

O atual governador, Antônio Anastasia, no ano de 2014, licencia-se do cargo para candidatar-se ao Senado, desta maneira, o vice-governador Alberto Pinto Coelho – PP assume o estado de Minas Gerais no período de 2014 a 2015. Portanto, é perceptível a existência de um desgaste duradouro de um certo grupo político do PSDB, partido à frente do estado de Minas Gerais, o que favoreceu, de certo modo, a articulação de um novo grupo, fora do eixo do PSDB ou de seus grupos políticos coligados.

Desta maneira, cientistas políticos, como Carlos Ranulfo e Helcimara Telles, salientam, que o candidato Aécio Neves do PSDB não foi somente derrotado em regiões menos desenvolvidas, como aconteceu no contexto geral das eleições presidenciais de 2014 pelas regiões do Brasil. Mas o candidato do PSDB foi derrotado também em regiões industriais como: Triângulo Mineiro e Zona da Mata. E regiões onde o agronegócio é efervescente como: Noroeste de Minas e Alto Paranaíba.

Aécio foi derrotado em regiões ricas e desenvolvidas do Estado, que lhe impediram de recuperar a diferença entre ele e Dilma no país, o que acabou fazendo com que perdesse a eleição (Cientista Política Helcimara Telles em entrevista a UOL – eleições 2014, em 29 de outubro de 2014).

Assim, percebemos uma discrepância no que equivale as regiões Norte, Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais, onde a votação da candidata do PT foi sempre díspar em relação a seu adversário. Podemos salientar que estas regiões apresentam indicadores sociais baixos e moderados. A explicação para tal acontecimento, pode estar direcionada ao fato que o cientista político Carlos Ranulfo analisou: considerou-se que no governo do PSDB estadual, no mandato do governador Antônio Anastasia, identifica-se a ausência de programas sociais e políticas públicas em torno do estado. Destarte, explicitamos a justificativa acerca da supremacia da candidata do PT Dilma

Rousseff, em relação a Aécio Neves nestas regiões, que representam seu próprio estado.

Logo, em contraste com este cenário positivo alcançado pelo PT e a presidente Dilma, encontra-se o efeito da derrota de Aécio Neves em Minas Gerais, nas eleições presidenciais de 2014. Ou seja, nas regiões ditas mais desenvolvidas do estado, como polos industriais, comerciais, de agronegócio, que por ventura poderiam representar um número maior de eleitores no partido do PSDB, verificamos o cenário oposto. A isso conjugam-se aspectos que discutimos neste estudo, como a falta de sustentação política de lideranças, a ausência de prefeitos que concatenassem a mesma base partidária e coligacional. Bem como, a falta de “aninhamento” e de constituição de militância e movimentação política e social, e ainda, a ausência de investimento na ampliação dos processos de engendramento de identidade partidária. Isto influenciou enormemente em aspectos que levaram à derrota do candidato Aécio Neves no estado de Minas Gerais para as eleições presidenciais de 2014.

5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as ponderações e análises expostas neste trabalho, podemos concluir repassando alguns pontos que reiteram o porquê da relevância dos partidos políticos. A principal intenção dessa pesquisa foi chegar a respostas/conjecturas acerca dos motivos que levaram o candidato Aécio Neves à derrota nas eleições presidenciais, no estado de Minas Gerais, no ano de 2014.

Devemos, portanto, nesse instante, lembrar e salientar tais pontos:

Primeiramente, reiteramos hipóteses de um apontamento primordial neste contexto; no que se refere à pouca representação do partido PSDB nas prefeituras nos interiores do estado de Minas Gerais, principalmente nas cidades polo. A incipiente representação do partido de Aécio Neves no interior de Minas, somado a baixas representações político-partidárias e com poucos prefeitos eleitos, constitui a diminuição da base coligacional do PSDB.

Em segundo lugar, dessa forma, estabelece-se a ausência de peso identitário do partido do PSDB, principalmente em Minas Gerais, onde o partido surge em uma arena coadjuvante.

Outro ponto relevante neste processo, como debatemos anteriormente, foi a demora na escolha do candidato a governador do estado, durante as eleições de 2014. Sendo assim, com fraco apelo popular, a candidatura de Pimenta da Veiga para governador não alavancou. E, mais uma vez, o PSDB perdia as eleições para aquele que tem sido seu principal oponente, o PT.

Para além, corroborando para o enfraquecimento da representação política e eleitoral do PSDB em Minas Gerais, de acordo com o cientista político Carlos Ranulfo, a gestão do governador Anastasia obteve respostas muito ruins. Devido, primordialmente, à ausência de políticas públicas, ao aumento da perda de prefeituras no interior, à incipiência de vereadores de bases que se coligassem com o PSDB-MG, e, principalmente, nas cidades polos.

Destarte, buscamos compreender por que “Os partidos políticos importam”. Percebeu-se, que um dos fatores preponderantes da derrota do candidato Aécio Neves no estado de Minas Gerais, foi a falta de organização e institucionalização partidária, a ausência de interiorização do PSDB, e sua ineficiência em criar bases de sustentação e coligações em torno deste estado.

Assim sendo, a principal liderança atual do PSDB, o senador Aécio Neves, considerou suficiente seu status de “líder do povo mineiro” e sua carreira política por seu estado natal, observando os números anteriores bem-sucedidos nas urnas, como condição favorável e suficiente para vencer as eleições presidenciais. Entretanto, esqueceu-se que o partido está acima do candidato. E assim, faltou-lhe a busca pela expansão e sustentação de seu partido.

Neste sentido, bem como, a partir da análise dos outros pontos levantados ao longo desta pesquisa, realça-se a relevância em se reafirmar que os partidos políticos importam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRIPINO, José. **Senado Federal**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/40>>. Acesso em: 11 de outubro de 2015.

ANASTASIA, Antônio. **Senado Federal**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/5529>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

BAQUERO, M.; LINHARES, B.F. Por que os brasileiros não confiam nos partidos? Bases para compreender a cultura política (anti)partidária e possíveis saídas. **Revista Debates**: UFRGS, v.5, 2011. p.89-114

BRAGA, M. S. S; PIMENTEL JUNIOR, J. T. P.. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**: Campinas, v.17, n.2, 2011. p. 1-19. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01046276201100020001>. Acesso em: 29 de setembro de 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. “Aécio e Marina têm de se aliar, diz FHC”. **Estadão**. São Paulo, 03 out 2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,aecio-e-marina-tem-de-se-aliar-diz-fhc,1569947>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

DATAFOLHA. Avaliação de governador e prefeito de Minas Gerais - 2007. **Folha de São Paulo**. São Paulo. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2007/03/1222840-aecio-neves-e-aprovado-por-71-dos-mineiros-aprovacao-a-fernando-pimentel-vai-a-68.shtml>>. Acesso em: 15 de novembro de 2015.

_____.Intenção de voto para governador de Minas Gerais 31/08 a 02/09/2010. **Datafolha**. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/intvoto_gov_mg_03092010.pdf>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Política Eleições. **Estadão**. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/eleicoes/2014/apuracao/segundo-turno/presidente/>>. Acesso em: 09 de novembro de 2015.

FERREIRA, Aloysio Nunes. **Senado Federal**. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/846>>. Acesso em: 14 de outubro de 2015.

FIGUEIREDO, Marcus; ALDÉ, Alessandra; DIAS, Heloisa; JORGE, Vladimyr. **Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral**. In: FIGUEIREDO, Rubens (Org.). Marketing político e persuasão eleitoral. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. Eleições 2014. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/especial/2014/eleicoes/candidatos/presidente/acao-neves-45.shtml>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

GOV/MG. Regiões de Planejamento. **Governo de Minas Gerais**. Disponível em: <<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5671-regioes-de-planejamento/69548-as-regioes-de-planejamento/5146/5044>>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.

KINZO, Maria Dalva Gil. **O Quadro Partidário Brasileiro na “Nova República”**. GTPP – CLACSO, 1989. p. 1 – 17.

LAMOUNIER, Bolívar. **Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90**. São Paulo: Loyola, 1989.

MAYER, Rodrigo. **PSDB: TRAJETÓRIA POLÍTICA (1988 – 2008)**. Sociedade e Política em Tempos de Incerteza. UFPR, 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT2/Eixol/psdb-trajetoria-Rodrigo-Mayer.pdf>>. Acesso em: 12 de outubro de 2015.

MELO, Carlos Ranulfo. Os Partidos e as Eleições Presidenciais no Brasil. Belo Horizonte: **Em Debate**, v.2, n.6, jun., 2010^a. p.6 – 11.

_____. 2010. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, jul/dez, 2010b. p. 13 – 41.

MELO, Paulo Victor Teixeira. **O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel**. 2013. 205f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Belo Horizonte.

NEVES, Aécio. **Senado Federal**. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/391>>. Acesso em: 14 de outubro de 2015.

RANULFO, Carlos; TELLES, Helcimara. **Para especialistas, governos tucanos fracos levaram Aécio a derrota em MG**. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/29/para-especialistas-governos-tucanos-fracos-levaram-aecio-a-derrota-em-mg.htm>>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

RÊGO DOS SANTOS, Helenice. **Padrão PUC Minas de Normatização: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos**. 9. ed. revisada, ampliada e atualizada. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011.

RICCI, Rudá; PESTANA, Marcus; SÁVIO Domingos. Pesquisa aponta para dificuldades do PSDB na última eleição. **Estadão**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/pesquisa-aponta-para-dificuldades-do-psdb-na-ultima-eleicao/>>. Acesso em: 05 de novembro de 2015.

ROMA, Celso. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PSDB ENTRE 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 49, v. 17, jun. 2002. p. 1 – 24.

SILVA, Érica Anita Baptista. **Mídia e política: a construção da candidatura de Aécio Neves como presidenciável em 2010**. 2011. 159f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte. 2011.

TRE. Divulgação de resultados e estatísticas – Eleições 2014. **TRE.** Disponível em: <<http://www.tre-mg.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014-tre-mg-1/divulgacao-de-resultados-e-estatisticas-eleicoes-2014>>. Acesso em: 08 de novembro de 2015.

TSE. Cronologia das Eleições no Brasil (1945 – 2010). **TSE.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/analisar-melhor-descarte/eleitos-1945-1990/cronologia-das-eleicoes>>. Acesso em: 07 de novembro de 2015.

TSE. Estatísticas Eleitorais 2014. **TSE.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

TSE. Estatística de Resultados – Resultado da Eleição 2010. **TSE.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/estatisticas>>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

TSE. Plano de Governo Aécio Neves – PSDB, 2014. **TSE.** Disponível em: <<http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000085/idaquivo/229?x=1415304600000280000000085>>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

TSE. Resultado da Eleição 2002. **TSE.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/resultado-da-eleicao-2002>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

TSE. Resultado da Eleição 2006. **TSE.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

TSE. Sistema de divulgação de candidaturas. **TSE.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas>>. Acesso em: 06 de outubro de 2015.

UOL. Eleições 2014. **UOL.** Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/09/23/ibo-pe-pimentel-lidera-com-44-e-pimenta-da-veiga-tem-25-em-mg.htm>>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.